

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**

**Mulheres em movimento: experiências feministas na construção da  
agroecologia**

Camila Olívia Teixeira Oliveira  
*Magister Scientiae*

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2023**

**CAMILA OLÍDIA TEIXEIRA OLIVEIRA**

**Mulheres em movimento: experiências feministas na construção da agroecologia**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Bianca A. Lima Costa

Coorientadores: Irene Maria Cardoso  
Ivonete da Silva Lopes

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

O48m  
2023  
Oliveira, Camila Olídia Teixeira, 1997-  
Mulheres em movimento: experiências feministas na  
construção da agroecologia / Camila Olídia Teixeira Oliveira. –  
Viçosa, MG, 2023.

1 dissertação eletrônica (94 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndice.

Orientador: Bianca Aparecida Lima Costa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,  
Departamento de Economia Rural, 2023.

Referências bibliográficas: f. 84-92.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.393>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Agroecologia - Viçosa (MG). 2. Feminismo - Viçosa  
(MG). 3. Extensão universitária - Viçosa (MG). I. Costa, Bianca  
Aparecida Lima, 1980-. II. Universidade Federal de Viçosa.  
Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação  
em Agroecologia. III. Título.

CDD 22. ed. 630.277

**CAMILA OLÍDIA TEIXEIRA OLIVEIRA**

**Mulheres em movimento: experiências feministas na construção da agroecologia**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 26 de setembro de 2023.

Assentimento:

---

Camila Olídia Teixeira Oliveira  
Autora

---

Bianca Aparecida Lima Costa  
Orientadora

Essa dissertação foi assinada digitalmente pela autora em 15/05/2026 às 12:04:08 e pela orientadora em 18/05/2026 às 13:33:02. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **FVL8.7WRJ.KHAG** e clique no botão 'Validar documento'.

Dedico ao senhor, vovô Zé.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por me ajudar a concluir este trabalho.

À minha mãe Adriana Regina Teixeira, minha pessoa favorita no mundo.

Aos meus avós José, Geny, Francisco e Amélia, em especial ao José Agripino (José Teixeira Brum), in memoriam, por ter me criado e me feito a mulher que sou hoje. Por todo o amor e cuidado dedicados a mim e à minha mãe, cujo legado não será esquecido.

À tia Luciene, por ter me acolhido em sua casa como uma filha em um lar repleto de amor.

Ao meu psicólogo Wander Garbero, por estar comigo durante longos anos, fazendo da terapia um lugar de reconstrução e autoconhecimento.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realizar a pós-graduação, a graduação e o Cursinho Popular do DCE, em um longo e belo processo de amadurecimento.

Às mulheres da agroecologia, por serem a essência deste trabalho. Pela generosidade em conceder as entrevistas, permitindo que pudéssemos conhecer um pouco de suas histórias de vida e de luta e resiliência dentro da agroecologia. Por serem a base deste movimento social tão relevante.

À Troca de Saberes, por ser um espaço aglutinador de experiências tão ricas, levando diversidade ao gramado da UFV e dando luz, todos os anos, aos diferentes movimentos que compõem a agroecologia. A todas(os) aqueles que constroem esse evento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia.

À Associação de Pós-graduandos(as) e à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa, pelos aprendizados sobre militância e associativismo.

Às professoras(es), pelos ensinamentos, particularmente, minha orientadora Bianca Aparecida Lima Costa, por sua diligência, brandura e inigualável entusiasmo dedicados a mim e a este trabalho, sem os quais não seria possível chegar até aqui. Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## RESUMO

OLIVEIRA, Camila Olídia Teixeira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, setembro de 2023. **Mulheres em movimento: experiências feministas na construção da agroecologia**. Orientadora: Bianca Aparecida Lima Costa. Coorientadores: Irene Maria Cardoso e Ivonete da Silva Lopes.

O objetivo deste trabalho é investigar as relações de gênero e agroecologia na Zona da Mata mineira, especificamente, i) investigar os sentidos da agroecologia para as mulheres que participam da Troca de Saberes; ii) analisar como as mulheres compreendem e contribuem para a construção da agroecologia e iii) investigar o papel das mulheres e dos feminismos na construção do conhecimento agroecológico. Deste modo, deve-se perguntar: onde estão e quais são os lugares ocupados pelas mulheres da agroecologia que participam da Troca de Saberes? O modelo desta pesquisa enquadra-se no estilo da pesquisa participante, incorporando a Troca de Saberes, evento que aglutina ensino, pesquisa e extensão, realizado anualmente na Universidade Federal de Viçosa, como ambiente metodológico. Para a imersão no campo de estudo, foram empregados os métodos de observação participante e a realização de oito entrevistas em profundidade. Entre os resultados, foi possível identificar como as mulheres compreendem e contribuem para a construção da agroecologia na Zona da Mata mineira a partir da Troca de Saberes. A Troca foi fundamentada como um local de construção agroecológica e da pesquisa participante, apresentando-se como a 'síntese', o momento de 'ebulição' do movimento agroecológico. Espaço que se mistura com a vida das entrevistadas e privilegia a construção do conhecimento agroecológico. Além disto, está a percepção de que o cuidado e a reprodução do trabalho desempenhados pelas mulheres são fundamentais na construção da práxis e dos conhecimentos da agroecologia, sendo esta indissociável de suas trajetórias.

Palavras-chave: Gênero; Troca de Saberes; Construção do conhecimento agroecológico; Feminismo decolonial.

## ABSTRACT

OLIVEIRA, Camila Olídia Teixeira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, September, 2023. **Women in movement: feminist experiences in the construction of Agroecology**. Adviser: Bianca Aparecida Lima Costa. Co-advisers: Irene Maria Cardoso and Ivonete da Silva Lopes.

The objective of this work is to investigate gender and agroecology relations in the Zona da Mata mineira, specifically, i) to investigate the meanings of agroecology for women who participate in the Knowledge Exchange; ii) to analyze how women understand and contribute to the construction of agroecology and iii) to investigate the role of women and feminisms in the construction of the agroecological knowledge. Thus, one must ask: where are and what are the places occupied by women in agroecology who participate in the Knowledge Exchange? The model of this research fits the style of participatory research, incorporating the Knowledge Exchange, an event that brings together teaching, research and extension, held annually at the Federal University of Viçosa, as a methodological environment. For immersion in the field of study, the methods of participant observation and eight in-depth interviews were used. Among the results, it was possible to identify how women understand and contribute to the construction of agroecology in the Zona da Mata of Minas Gerais from the Knowledge Exchange. The Exchange was founded as a site of agroecological construction and participatory research, presenting itself as the 'synthesis', the 'boiling point' of the agroecological movement. A space that mixes with the lives of the interviewees and privileges the construction of agroecological knowledge. In addition, there is the perception that the care and reproduction of work performed by women are fundamental in the construction of praxis and knowledge of agroecology, which is inseparable from their trajectories.

Keywords: Gender; Knowledge Exchange; Construction of agroecological knowledge; Decolonial feminism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Casa do ECOA-UFV, localizada no número 19 da Vila Gianetti (UFV)	41
Figura 2 – Gramado da UFV, conhecido como “gramado-escola”	41
Figura 3 – Metodologia DD, ministrada em 06 de maio de 2022	43
Figura 4 – Comissões da XIII Troca de Saberes (UFV)	45
Figura 5 – Arte-divulgação da XIII Troca de Saberes (UFV)	46
Figura 6 – Programação XIII Troca de Saberes (13/08 – Sábado)	46
Figura 7 – Programação XIII Troca de Saberes (14/08 – Domingo)	47
Figura 8 – Programação XIII Troca de Saberes (15/08 - Segunda-feira)	47
Figura 9 – Programação XIII Troca de Saberes (16/08 – Terça-feira)	48
Figura 10 – Programação XIII Troca de Saberes (17/08 – Quarta-feira)	48
Figura 11 – Instalações Artístico-Pedagógicas na XIII Troca de Saberes UFV	50
Figura 12 – IAP “Terra adoecida: curar é resistir e se unir é reciclar”	51
Figura 13 – IAP “Sonhos e Dragões: como criar e implementar projetos para a sustentabilidade”	51
Figura 14 – Círculo de Cultura – XIII Troca de Saberes UFV	52
Figura 15 – Bazar da Feira do Bem Viver	53
Figura 16 – Faixa “Sem feminismo não há agroecologia” usada durante o Ato Público da XIII Troca de Saberes	54
Figura 17 – Roda de conversa das mulheres na XIII Troca de Saberes	78

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais grupos parceiros da Troca de Saberes (UFV)	38
Quadro 2 – Perfil das entrevistadas	56

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>1. DECOLONIALIDADE E GÊNERO: CRÍTICAS FEMINISTAS À CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO</b>	<b>13</b>
1.1 Agroecologia e sistemas alimentares	13
1.2 “Sem feminismos não há agroecologia”	19
<b>2. A TROCA DE SABERES COMO O LOCAL DE CONSTRUÇÃO AGROECOLÓGICA E PESQUISA PARTICIPATIVA</b>	<b>35</b>
2.1 Percursos metodológicos da pesquisa participante	39
2.2 Abordagem qualitativa: entrevistas e escuta aprofundada	54
<b>3. AS DIMENSÕES DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA NA ZONA DA MATA MINEIRA</b>	<b>59</b>
3.1 Mulheres na agroecologia: movimentos sociais, cuidado e ancestralidade	59
3.2 Troca de Saberes em diálogo: práticas e fundamentos da agroecologia	66
3.3. Desigualdade de gênero e dinâmicas da sobrecarga de trabalho	70
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>84</b>
<b>APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas semiestruturado</b>	<b>93</b>

## INTRODUÇÃO

A Troca de Saberes é um evento anual realizado na Universidade Federal de Viçosa, desde 2009, cuja a concretização teve como objetivo criar um ambiente de interação entre a universidade e a agroecologia, com capacidade de reunir diferentes movimentos sociais. A cada ano o evento busca aprofundar os conhecimentos produzidos, gerando novas reflexões sobre a extensão universitária e o que se entende como conhecimento dentro da universidade. Assim, a Troca nasce em meio a um campo de disputas na produção do conhecimento, criando um espaço de resistência contra hegemônico, que não exclui os saberes populares do seio da universidade e potencializa “a multiplicidade dos saberes tão combatida pelas perspectivas científicas que buscam se universalizar a partir da exclusão da diversidade” (Barbosa *et al.*, 2017, p. 8).

Deste modo, a Troca constitui-se como um espaço em que é possível vivenciar as experiências agroecológicas na prática, ressignificando os diálogos entre os conhecimentos acadêmicos e populares, a partir de processos de ensino-aprendizagem transdisciplinares (Villar, *et al.*, 2011). É através da Troca que a comunidade acadêmica pode conhecer os/as agricultores/as e suas práticas, “ampliando o diálogo entre os grupos e núcleos de pesquisa junto as comunidades”; possibilitando “a geração de saberes agroecológicos para além dos sujeitos envolvidos com o movimento agroecológico da região” (Villar, *et al.*, p. 2, 2011).

Assim, o objetivo deste trabalho é investigar as relações de gênero e agroecologia na Zona da Mata mineira, especificamente, i) investigar os sentidos da agroecologia para as mulheres que participam da Troca de Saberes; ii) analisar como as mulheres compreendem e contribuem para a construção da agroecologia e iii) investigar o papel das mulheres e dos feminismos na construção do conhecimento agroecológico. Deste modo, deve-se perguntar onde estão e quais são os lugares ocupados pelas mulheres da agroecologia que participam da Troca de Saberes?

As mulheres agricultoras agroecológicas têm tensionado os feminismos hegemônicos e, por meio de suas identidades, têm travado disputas no seio das teorias feministas e, com isso, contestado a colonialidade dos saberes e da produção do conhecimento científico “convencional”, “cartesiano”, “globalizado” (Costa; Dimenstein; Leite, 2020; Quijano, 2000, 2005) e que se diz neutro.

A ciência convencional não produz apenas “espaços heterogêneos de reflexão”, mas “reproduz geo e corpolíticas próprias” que são reflexos de suas escolhas metodológicas e epistemológicas, influenciadas pelos sistemas raciais e patriarcais (Costa; Dimenstein; Leite, 2020, p. 4), e que não respeita outros conhecimentos. Especialmente quando se trata das experiências de mulheres agricultoras e das comunidades tradicionais, seus conhecimentos costumam ser vistos pela ciência como não racionais e demasiadamente “femininos”, ou seja, não suficientemente “científicos” para os padrões da ciência convencional (Cardoso; Jalil; Moreira, 2021; Costa; Dimenstein; Leite, 2020).

A agroecologia, ao contrário da ciência convencional, é uma ciência baseada em uma diversidade de saberes e práticas, apesar de ainda pode ser persuadida pela lógica da “neutralidade” científica (Costa; Dimenstein; Leite, 2020; Cardoso; Jalil; De Souza Moreira, 2021). Os avanços da ciência agroecológica têm sido motivados pelos feminismos e pela ciência feminista.

A ciência feminista tem sido construída por meio da divulgação das mudanças e das contribuições que as mulheres e os feminismos trouxeram à ciência (Schiebinger, 2001). Constituindo-se como uma alternativa ao capitalismo, ao patriarcado e à colonialidade do(s) saber(es), a ciência feminista é baseada em uma perspectiva que leva em conta as diferentes realidades, localizando-as no “espaço-tempo-sociedade” (Haraway, 1995). Entretanto, no campo do conhecimento agroecológico, as contribuições dos feminismos e das mulheres ainda precisam ser melhor investigadas.

A pesquisa foi realizada com as mulheres que participaram da XIII Troca de Saberes da Universidade Federal de Viçosa (UFV), tendo se utilizado da pesquisa participante como metodologia. A pesquisa participante originou-se nos anos 1960 a partir dos estudos de Orlando Fals Borda e Paulo Freire e relaciona-se com o contexto das lutas anticapitalistas na América Latina e com as práticas da Educação Popular (Laranjeira; De Souza Barbosa, 2018; Freire, 2000). O ambiente metodológico utilizado foi a XIII Troca de Saberes, evento realizado anualmente na UFV que objetiva promover diálogos de saberes e conhecimentos. A pesquisadora participou da Comissão de Coordenação e Metodologia da XIII Troca de Saberes para a imersão no seu campo de estudo, tendo realizado observação participante e entrevista em profundidade com oito mulheres que participaram da Troca de Saberes.

A dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro teve como objetivo apresentar as principais discussões teóricas sobre mulheres e agroecologia, a fim de subsidiar a compreensão mais ampla sobre gênero, decolonialidade e epistemologias feministas na agroecologia.

No capítulo dois, apresentamos os procedimentos metodológicos, com ênfase na pesquisa participante e na Educação Popular, presentes na Troca de Saberes. Trazemos luz às etapas de construção da Troca de Saberes, desde a sua rotina de preparação até a finalização do evento, além de uma explicação histórica e conceitual. Apresentamos, também, o perfil das entrevistadas, com foco nos movimentos do qual fazem parte.

No capítulo três, os resultados e discussões das entrevistas e da observação participante são apresentados, demonstrando como as mulheres contribuem para a construção do conhecimento agroecológico na Zona da Mata de Minas Gerais, para as lutas e movimentos nos quais participam e para as contradições ainda vivenciadas no campo do cuidado e das opressões de gênero. Além disso, também é evidenciado os sentidos e a importância da Troca de Saberes na vida das mulheres entrevistadas.

## 1. DECOLONIALIDADE E GÊNERO: CRÍTICAS FEMINISTAS À CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO AGROECOLÓGICO

### 1.1 Agroecologia e sistemas alimentares

Segundo Altieri, Letourneau e Davis (1983), a agricultura moderna, difundida após a Segunda Guerra Mundial, modificou sistemas nativos de forma artificial, levando a um esgotamento dos nutrientes e à diminuição da fertilidade do solo, favorecendo o desequilíbrio dos ecossistemas e o uso de fertilizantes sintéticos e de agrotóxicos “compensadores”.

Nesse contexto, já estava sendo difundida a Revolução Verde, processo de modernização e mecanização na agricultura em que ‘pacotes tecnológicos’ foram empregados com o intuito de se obter um desenvolvimento agrário acelerado e, assim, produzir alimentos em quantidades suficientes para alimentar a população mundial (Dutra; Souza, 2022). Seu esforço era composto pela mecanização agrícola, o uso de fertilizantes, agrotóxicos e o incremento da transgenia, porém,

[...] além da não resolução do problema da fome, este modelo gerou impactos socioambientais irreparáveis, com contaminação de cursos d’água e da água subterrânea, desmatamento da vegetação original, extinção de diversas espécies da fauna, expropriação das comunidades tradicionais e consequente extinção de conhecimentos historicamente construídos (Dutra; Souza, 2022, p. 474).

A Revolução Verde mudou a visão predominante sobre a agricultura, antes compreendida como as relações entre o trabalho humano na (e com a) natureza, em coexistência com seus processos naturais de reprodução, transformando-se em uma forma de trabalho com excessiva interferência no meio ambiente (Brandenburg, 2002).

Devido aos problemas causados pela modernização na agricultura a partir desse processo, o debate sobre a necessidade de estabelecer formas de coexistências sustentáveis e de não exploração da natureza foi iniciado (Altieri; Letourneau; Davis, 1983; Gliessman; Garcia; Amador, 1981). A reflexão acerca das necessidades destas transformações se deve às consequências da Revolução Verde e da mecanização, o que fez surgir movimentos contra-hegemônicos, como a agroecologia.

Como parte deste debate, a agroecologia surgiu dos movimentos ambientalistas de agricultura alternativa e ecológica, abrangendo as agriculturas orgânica, biodinâmica e natural e reivindicando outras práticas agrícolas nas origens do movimento agroecológico (Brandenburg, 2002). Segundo Brandenburg (2002, p. 15),

[...] a emergência da via ecológica como uma alternativa de construção de um outro paradigma de produção agrícola, de padrão de consumo alimentar e de relação socioambiental fez com que se retomassem não apenas matrizes técnicas existentes anteriormente à modernização, mas provocou a formação de novos atores, em torno de associações específicas motivados pela demanda de alimentos de “qualidade diferenciada”.

Estes movimentos contraculturais em agricultura constituíram uma saída para os agricultores em relação ao sistema convencional, que passavam por um processo de descontextualização e apagamento das relações entre o ser humano e seu meio campesino (Brandenburg, 2002).

Nesse contexto, o termo “agroecologia” aparece na literatura científica pela primeira vez em um estudo de Bensin (1928-1930), ao relacionar ecologia e agricultura, sendo que, nos anos seguintes, sua definição foi reconstruída por outros pesquisadores das ciências biológicas e agrárias, em áreas como a fisiologia vegetal e a entomologia (Wezel *et al.*, 2009; Wezel; Soldat, 2009).

De acordo com Wezel *et al.* (2009), o movimento social agroecológico surgiu nos EUA, Brasil e demais países da América Latina nos anos 1990 para propor novas relações entre agricultura e sociedade. Enquanto prática, a agroecologia se refere ao manejo sustentável da terra e à valorização dos sistemas alimentares tradicionais.

No Brasil, em específico, a redemocratização foi um dos marcos para a efervescência do movimento agroecológico, tendo sido fortalecido a partir de debates e discussões no âmbito dos Congressos Brasileiros de Agronomia. Em 1981, entidades pioneiras no tema organizaram o I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA) e, em 2002, foi realizado o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), no qual foi criada a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) (Villar *et al.*, 2013). Em 2003, o I Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) foi organizado e, em sua segunda edição, em 2004, a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) (sociedade científica da agroecologia, que participa da ANA) foi criada. A ABA lançou, em 2006, a Revista Brasileira de Agroecologia. Em 2012, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) foi elaborada e decretada com intensa

participação da ANA. A PNAPO apontou as diretrizes para a construção da agroecologia a nível regional e nacional (Villar *et al.*, 2013).

Até os anos 1960, a agroecologia, enquanto disciplina científica, ainda passava por um processo de consolidação, fazendo-se predominante nos EUA e na Alemanha, com estudos em pequena escala (Wezel; Soldat, 2009). Em meados dos anos 1980, com a compreensão dos agroecossistemas, a agroecologia se fortaleceu enquanto disciplina. Nos anos 2000, por sua vez, incorporou-se à área o conceito de sistemas agroalimentares, que envolve a produção, o processamento, a distribuição, o consumo dos alimentos (Siliprandi, 2009; Wezel *et al.*, 2009; Wezel; Soldat, 2009) e a reciclagem dos resíduos.

A partir da introdução do conceito de sistemas alimentares, o conhecimento agroecológico integrou dimensões sociológicas e políticas, expandindo-se a uma ciência transdisciplinar capaz de analisar sistemas micros e macros em interação (Wezel *et al.*, 2009; Wezel; Soldat, 2009).

Essa configuração se torna mais inteligível quando nos debruçamos sobre a pesquisa dos sistemas alimentares, ou seu sinônimo, “sistemas agroalimentares”, sejam eles “modernos” e/ou tradicionais. Barcellos (2020, p. 153) elenca os três principais tipos de sistemas alimentares na atualidade, que variam em visão de mundo, isto é, na forma como lidam com a terra e encaram a reprodução socioambiental:

1. O sistema tradicional/indígena, que inclui os sistemas indígena, rural e afro-americano, baseia-se em conhecimentos locais/ancestrais e se fundamenta na terra.
2. O sistema convencional/produtivista inclui práticas de produção intensivas e está voltado à monocultura e ao uso de insumos externos, com sua produção orientada ao grande mercado.
3. O sistema agroecológico, em que os sistemas produtivos são vistos como ecossistemas onde os ciclos minerais, o processamento de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são estudados e analisados não apenas para maximizar a produção, mas também para obter a melhor utilização do agrossistema como um todo.

Compreende-se que o sistema alimentar convencional/produtivista envolve “a agricultura, o processamento e a distribuição de alimentos” marcado desde a “urbanização, a mecanização e a modernização” das décadas pregressas (Caron *et al.*, 2020, p. 31). Este sistema está associado à continuidade da hegemonia colonial e capitalista e o projeto de “globalização do sistema alimentar” euro-americanas, com origem na “interação entre nações industrializadas e periféricas predominantemente agrícolas” (Paula; Bezerra; Paula, 2022, p. 264), cujo controle pelo setor privado, em

especial “fabricantes de alimentos e supermercados”, dominaram as relações entre consumidoras(es) e agricultoras(es), bem como a forma pela qual os alimentos e produtos chegam até os primeiros (Barcellos, 2020, p. 155).

Assim, durante esse processo, parte das forças de trabalho no meio rural e da cadeia da produção de alimentos foram cooptadas por corporações transnacionais, em consonância com um mercado de oligopólios das indústrias químicas, farmacêuticas e varejistas (Paula; Bezerra; Paula, 2022). Por isso, as mudanças produtivas ocasionadas pelo “globalismo” e sua Revolução Verde têm ido na direção de uma alimentação cada vez mais artificializada e socialmente desigual (Paula; Bezerra; Paula, 2022). Alimentos frescos e integrais, com maior valor nutricional agregado, tendem a ser mais caros e, por consequência, são comumente consumidos apenas por parcelas das classes médias e/ou altas da população mundial, deixando de fora as classes baixas, predominantes nos países do Hemisfério Sul (Paula; Bezerra; Paula, 2022).

Segundo Caron *et al.* (2020), por ser a agricultura e a pesca as principais fontes de subsistência das populações e países do Sul Global, inseguranças no sistema alimentar, geralmente causadas por má gestão e não equidade na distribuição de recursos, têm ocasionado crises climáticas e sociais. O setor agrícola é o principal gerador de empregos no mundo, e tem contribuído significativamente na redução da pobreza e da extrema pobreza, entretanto, costuma-se invisibilizar desta notabilidade as agriculturas de base familiar, responsáveis por cerca de 80% da produção de alimentos no planeta e grande afetada por migrações forçadas e crises nos ecossistemas (Caron *et al.*, 2020). Para Barcellos (2020, p. 151), o agronegócio “é um dos maiores responsáveis pelas pressões sobre o meio ambiente, provocando diversos impactos, sobretudo relacionados aos processos agrícolas tradicionais”. Estas pressões envolvem devastação de bioculturas, grilagem e apropriação de terras, desmantelamento de políticas públicas e exclusão nos processos de burocratização, comercialização e exportação, com consequências negativas para as agricultoras e agricultores familiares devido à volatilidade dos mercados de capitais especulativos e de *commodities* (Barcellos, 2020).

Assim, diferentemente das agriculturas ecológicas e economias de proximidade, a economia capitalista globalizada e seu sistema agroalimentar não tem conseguido conter o aumento da insegurança alimentar, pois a quantidade de pessoas

afetadas pela fome tem aumentado, representando uma crise a nível mundial (Burigo; Porto, 2021), agravadas pela pandemia da COVID-19 e pela chegada de governos de extrema-direita ao poder (Altieri; Nicholls, 2021). Segundo dados da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) registrados em 2017, 815 milhões de pessoas encontram-se em situação de fome e subnutrição no mundo, das quais 42,5 milhões estão concentradas na América Latina e Caribe (Preiss; Schneider; Souza, 2020). Agrega-se a esse problema de atenção primária outros, como: a epidemia de obesidade e questões de saúde daí decorrentes, o aumento no consumo de alimentos ultraprocessados e de baixo valor nutricional, o desperdício de alimentos, o esgotamento de energia e água potável do planeta e as emissões de gás carbono acima do limite na atmosfera, sendo não menos importante e prejudicial o uso ordinário de agrotóxicos (o Brasil é o primeiro país do ranking global do consumo de agrotóxicos), o que está relacionado ao aumento de doenças como o câncer (Preiss; Schneider; Souza, 2020). Segundo Paula, Bezerra e Paula (2022, p. 267), existe uma correlação entre o desenvolvimento de doenças e a má qualidade alimentar em países periféricos, ecoando uma disparidade econômica sistêmica, resultado da “lógica dominante da globalização e liberalização do comércio, na qual a circulação dos alimentos reflete os desequilíbrios sociais”.

De acordo com Burigo e Porto (2021), um sistema alimentar sustentável é aquele que consegue atingir patamares de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) sem comprometer o meio ambiente e o acesso das populações ao seu direito à alimentação adequada e saudável. Este é o desafio dos sistemas alimentares em disputa no século XXI: “perceber se no atual estágio de evolução do Sistema-Terra pode promover ou comprometer a saúde coletiva, [preservando a] resiliência ecossistêmica e as condições de habitabilidade do planeta” (Altieri; Nicholls, 2021, p. 246). As consequências deste projeto de colonização na agricultura têm levado à perda dos saberes tradicionais e, conseqüentemente, à desigualdade socioambiental.

Nesse contexto, a abordagem agroecológica se sobressai como alternativa, uma vez que poderia permitir “a reconstrução de sistemas agrícolas e agroindustriais apoiada numa estratégia territorializada da produção e do consumo de alimentos” (Altieri; Nicholls, 2021, p. 247), sintonizada às pequenas(os) agricultoras(es) e às expectativas alimentares de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) (Paula; Bezerra; Paula, 2022).

A agroecologia possui uma base epistemológica plural e é um campo do conhecimento, um movimento e uma prática social. Possui, além dos paradigmas tecno-agrícola, biológicos, físicos e químicos de produção agroecológica, uma natureza sociológica, tendo em vista as relações humanas das(os) agricultoras e agricultores envolvidos no manejo dos recursos naturais dos sistemas agroalimentares (Sevilla-Guzmán, 2002).

Uma vez que “os atores da agroecologia reconhecem a importância de diferentes saberes na promoção de sistemas agroalimentares saudáveis” (Laranjeira *et al.*, 2019, p. 69), sua condição camponesa é de resistência e existência aos “impérios alimentares globalizados” que dominam o sistema agrícola e a produção de alimentos (Van Der Ploeg, 2008). Assim, as agricultoras e agricultores camponesas(es) utilizam seu “valor-trabalho” em um modelo de geração de renda que está a serviço do meio ambiente, apesar da hostilidade dos mercados agroindustriais, que ameaçam a sobrevivência da coprodução camponesa e sua biodiversidade, colocando-as(os) em uma constante luta por recursos e autonomia (Van Der Ploeg, 2008, 2009).

Segundo Sevilla-Guzmán (2001), os modos de vida camponeses foram afetados pelo modelo hegemônico de desenvolvimento, já que as relações de troca foram transformadas em relações de mercado, dissolvendo vínculos comunitários e afetando as formas de reprodução social. É por esse e outros aspectos que o modo de vida campesino é fundamental para o resgate cultural e natural, pois sua dissolução está diretamente associada à “degradação geral da paisagem, da biodiversidade, dos meios de subsistência rurais, dos processos laborais e da qualidade dos alimentos” (Van Der Ploeg, 2008, p. 8).

De acordo com Altieri (2012), as propriedades de exploração agrícola da agricultura familiar e camponesa, se analisadas em conjunto, são as responsáveis pela maior parte da produção de alimentos com menos degradação ambiental, quando comparadas às explorações agrícolas de maior porte. Principalmente quando agroecológica, a agricultura camponesa é capaz de estimular processos de participação coletiva na geração de recursos agrícolas e alimentares, tecer “redes e solidariedade de agricultora a agricultora” (Altieri, 2012, p. 29, adaptado) e cultivar possibilidades de autonomia em relação ao modelo capitalista.

Nesse sentido, a prática da agricultura ecológica envolve a transição de modelos agro-tecnológicos hegemônicos da Revolução Verde para os agroecossistemas desenhados e manejados sem o uso de insumos químicos, a exemplo dos agrotóxicos, e monoculturas. Tais agroecossistemas visam conciliar “níveis de sustentabilidade mais profundos do que os de partida, procurando-se, progressivamente, aproximar-se de uma definição ideal de agricultura sustentável” (Siliprandi, 2009, p. 110).

Na próxima seção, veremos como as mulheres estão envolvidas na construção de sistemas alimentares alternativos ao modelo convencional e exploraremos a relação entre mulheres e agroecologia.

## **1.2 “Sem feminismos não há agroecologia”**

Ao longo da história, existiram muitos casos de lutas de mulheres em todas as partes do mundo, seja por melhores condições de sobrevivência, seja para que ocorram modificações nos padrões e estruturas da sociedade. No campo dos estudos feministas, há explicações de como as lutas das mulheres ocorreram historicamente, a exemplo dos estudos sobre as “ondas feministas” e/ou os “campos discursivos de ação”, em que os feminismos estão em constante disputa dentro dos espaços político-comunicativos (Alvarez, 2014)<sup>1</sup>.

Explicado a partir da metáfora das “ondas”, o feminismo concentra momentos de grande efervescência midiática e coletiva das lutas de mulheres e da sua organização enquanto movimento social, entre períodos de ascensão e declínio (Hirata, 2014). Segundo essa teoria, foi somente a partir da segunda metade do século XIX e começo do XX que o feminismo emergiu enquanto movimento, tendo como reivindicação a igualdade jurídica das mulheres, notadamente o direito ao voto, mas também à educação e ao trabalho equiparados. Esse movimento, iniciado na Inglaterra, se espalhou para a Europa e os EUA e ficou conhecido como “sufragista” (Pinto, 2010).

A segunda onda, a partir de 1960, teve como foco relações de poder existentes entre homens e mulheres e questionamentos sobre as bases da

---

<sup>1</sup> Além disso, geralmente os feminismos (e as feministas) são divididas em quatro vertentes, que, apesar de variar nominalmente, são convencionalmente chamadas de: feminismo liberal, feminismo radical, feminismo classista e feminismo pós-moderno (Alvarez, 2014).

sociedade, caracterizadas pela dominação masculina patriarcal. As demandas feministas desse momento questionariam o motivo pelo qual as mulheres ainda estavam relegadas aos papéis domésticos e não tinham direito sobre seus corpos e aparelhos reprodutores, visto haver à época uma modificação no modo de vida de mulheres, sobretudo norte-americanas, ordenado pelo mercado e pelo consumo. “O pessoal é político”, anunciava o slogan da época. Preconizava-se, assim, questões íntimas como questões políticas (Pinto, 2010).

A terceira onda do feminismo, por sua vez, foi marcada pela introdução da *internet* e das tecnologias digitais no cotidiano, intensificando divergências existentes e modificando a estrutura do(s) feminismo(s), que passaram de um “feminismo singular” para se tornarem abertamente plurais, ou *mainstreaming* (Alvarez, 2014). Essa característica os fez romper fronteiras geográficas, através da importância da transnacionalização e altermundialização dos feminismos, indicando estar em curso uma quarta onda, marcada pelos diálogos travados com outros movimentos da sociedade, em seu momento de *sidestreaming* (Alvarez, 2014; Davis, 2018; Matos, 2010)<sup>2</sup>. Esta quarta onda é defendida por algumas autoras, mas ainda enfrenta polêmicas.

O entendimento do feminismo a partir das “ondas” tem sido alvo de inúmeras críticas, principalmente porque privilegia uma narrativa de mulheres brancas, de classe média, estadunidenses e francesas. De alguma maneira, tais visões podem ocultar a atuação de mulheres da classe operária e negras. Estas reflexões têm contribuído para a ampliação do debate sobre os feminismos. Pode-se ressaltar que há avanços significativos na produção de uma agenda interseccional, pautada em lutas anti-sexistas, anti-racistas, anticapitalistas, anti-homofóbicas, decoloniais e ecofeministas (Zirbel, 2021).

Compreendemos que, ao abordar a agroecologia a partir do Sul Global, pela abordagem adotada nesta pesquisa e seu tema central, é conveniente incorporar a perspectiva decolonial, conforme será aprofundado a seguir. Utilizamos as categorias decolonialidade e descolonialidade como sinônimos, por sua proximidade semântica e conceitual.

---

<sup>2</sup> Entre os conceitos de grande relevância para a construção dos feminismos plurais estão: gênero, classe, raça, etnia, interseccionalidade, ecologia, geração, território (lembrando aqui os feminismos categorizados geograficamente, como os latinos e as perspectivas de pós ou de(s)colonialidade), o feminismo *queer*, o *creap*, entre outros.

De origem latino-americana, o conceito de decolonialidade é marcado pelas confluências entre raça, capitalismo e dominação, eixos centrais de organização da hierarquia social moderna (Ferrara; Carrizo, 2021). O conceito de pós-colonialidade, por sua vez, foi originado a partir das teorias francesas pós-estruturalistas e, segundo Ferrara e Carrizo (2021), não tem sido capaz de explicar como a colonialidade ainda perdura, mesmo após a independência jurídica dos territórios colonizados, o que nos coloca distantes de uma realidade verdadeiramente pós-colonial. Entretanto, Hollanda (2020, p. 13-14) apresenta uma definição conceitual diferente sobre a crítica colonial e os estudos pós-coloniais, pois, segundo a autora, essa teoria originou-se da

[...] associação de trabalhos teóricos como os de Frantz Fanon, Aimé Césaire, Albert Memmi, Kwame Nkrumah, Gayatri Spivak, Edward Said, Stuart Hall, e do Grupo de Estudos Subalternos, criado na década de 1970 pelo indiano Ranajit Guha.

De acordo com Mignolo (2017), a colonialidade foi inaugurada enquanto categoria analítica nos anos 1980, a partir dos estudos sobre modernidade/colonialidade de Aníbal Quijano. Esse autor foi o responsável pela síntese crítica da própria modernidade, uma vez que não existiria a modernidade neoliberal e globalizada sem o processo de colonização. A descolonialidade, por sua vez, seria um modelo de resistência à ganância colonial vivenciada desde o século XVI, mesmo quando a colonialidade ainda não era tipificada enquanto tal (Mignolo, 2017). O conceito de descolonialidade surgiu na América Latina em 1990 e pode ser compreendido, segundo Quijano e Mignolo, como expressão não apenas de um “evento histórico, mas um processo contínuo que organiza o mundo moderno”, sendo que “essa corrente propõe não apenas a ruptura com o colonialismo, mas com a própria lógica da colonialidade, que permanece ativa nas estruturas de poder globais” (Santos *et al.*, 2024, p. 7). A descolonialidade tem como foco a quebra do colonialismo europeu, estabelecido sobre bases da colonialidade do poder e dos preconceitos de raça e de gênero.

Assim, a “matriz colonial de poder” foi uma construção histórica marcada pela dominação econômica, sexual e cultural dos povos dominados pelos Estados imperiais do Norte Global, sejam eles indígenas, africanos ou mesmo seus países vizinhos subordinados (Mignolo, 2017; Quijano, 2000), especialmente porque as teorias deterministas biológicas de superioridade racial dos europeus em relação aos

outros povos deram sentido ao modelo de dominação colonial como sendo algo “natural” e a modernidade como sendo intrinsecamente europeia (Quijano, 2000).

Desse modo, a perspectiva de mundo europeia “patenteou” a modernidade, a racionalidade e a tecnologia como aspectos exclusivamente seus, mesmo que civilizações anteriores e/ou geograficamente distantes tenham construído avanços em diversas áreas, como a agricultura, a política, as artes, as engenharias, as linguagens (entre outras), com características singulares, heterogêneas e não “globalizantes” (Quijano, 2000). Porquanto, o eurocentrismo foi um modelo de dominação do conhecimento, forjado na modernidade, que

[...] produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que dá uma descrição muito precisa do caráter do modelo global de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocêntrico (Quijano, 2000, p. 549, tradução nossa<sup>3</sup>).

A objetificação dos grupos subalternizados acontece “na medida em que o racismo, enquanto discurso, se situa entre os discursos de exclusão” e o “grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito” (Gonzalez, 2020, p. 36).

Além disso, as hierarquizações raciais, em algumas circunstâncias, se tornaram mais importantes que as hierarquizações entre os sexos, dado que, “a partir da imposição e legitimação da ideia de raça, toda mulher de raça superior tornou-se imediatamente superior, por definição, a todo homem de raça inferior” (Quijano, 2005, p. 18). Nesse sentido, a colonialidade não poderia ter sido exercida sem a ideia de raça, classificação originada pela colonialidade/modernidade cristã e imposta contra as subjetividades dos povos muçulmanos, africanos e indígenas (Quijano, 2005). Identifica-se, assim, um dos motivos de indissociabilidade entre as teorias feministas e raciais para a compreensão da realidade. Segundo Quijano (2005, p. 20):

[...] visto que a categoria raça se apresentava como o critério universal e básico de classificação social da população, e em torno dela se redefiniam as formas prévias de dominação, em especial entre sexos, “etnicidades”, “nacionalidades” e “culturas” (...) emergia, assim, o primeiro sistema global de dominação social historicamente conhecido: ninguém, em nenhum lugar do mundo, poderia estar fora dele.

Esse processo classificatório, de maneiras distintas, se expressou em toda a América Latina, uma vez que a colonialidade do poder, baseada na dominação racial,

---

<sup>3</sup> No original: “[...] produced a perspective of knowledge and a mode of producing knowledge that gives a very tight account of the character of the global model of power: colonial/modern, capitalist, and Eurocentered”.

garantiu a exploração entre os povos em um modelo de expugnação ancorada, principalmente, na exploração sexual e na força de trabalho das mulheres negras e indígenas (Gonzalez, 2020; Quijano, 2000; Reis, 2019). Assim, a América Latina constituiu-se como um espaço privilegiado para que as potências imperiais exercessem o seu poder, um local de um longo e extenso extermínio cultural e populacional, o que incidiu diretamente em sua capacidade de auto-organização contra-colonial e em sua dificuldade de exercer soberania (Quijano, 2005). Atualmente, a construção de uma identidade latino-americana apresenta-se como uma saída descolonizadora, o que Quijano (2005) denominou de “des/colonialidade do poder”.

Nesse sentido, o “giro decolonial” nos propõe a reinvenção dos saberes latino-americanos e um rompimento com o eurocentrismo, a partir da visão da subalternidade, o ‘outro lugar’ (Aguiar, 2016). Esse rompimento acontece também porque os estudos sobre modernidade/colonialidade se dedicaram a analisar a América Latina, incorporando as temáticas indígenas, como não o fizeram os estudos marxistas e pós-coloniais. Dentro dessa perspectiva, ressaltamos as contribuições feministas para os estudos sobre a colonialidade, a fim de perceber como “as teorias feministas no contexto latino-americano ‘traduzem’ e descolonizam a crítica pós-colonial” (Costa, 2012, p. 41).

Nesse sentido, o feminismo decolonial surge em contraposição a um modelo de feminismo “universal” iniciado no século XX, que, ao difundir uma retórica liberal e conservadora de igualdade entre os sexos, sem adentrar temas estruturais como classe e raça, teve boa aceitação midiática e se tornou hegemônico (Ballestrin, 2020; Lugones, 2020). Esse feminismo fez sua luta e suas formas de conhecer e teorizar a partir da imagem de uma mulher frágil, fraca, tanto corporal como intelectualmente, reduzida ao espaço privado e sexualmente passiva, mas não explicitou a relação dessas características com a raça, já que elas traziam experiências apenas de mulheres brancas e burguesas. Dado o caráter hegemônico que tal análise alcançou, o feminismo não apenas não explicitou como ocultou essa relação (Lugones, 2020, p. 72).

Em termos históricos, a busca por um feminismo representativo começou a eclodir no debate internacional a partir dos anos 1970 e 1980, em meio às discussões sobre direitos humanos no contexto da Guerra Fria e pós-Segunda Guerra Mundial,

incentivadas por entidades como a Organização das Nações Unidas (ONU), o que teria também, segundo algumas críticas, impulsionado um processo de “onguização” neoliberal dos movimentos feministas e de mulheres (Ballestrin, 2020). Teorizado no início do século XXI, a construção da utopia política feminista decolonial foi forjada sobre as construções de subalternidade, pós-colonialidade e latinoamericanidade, em que as mulheres do Terceiro Mundo protagonizaram a “descolonização do feminismo, do conhecimento (inclusive da teoria feminista), do gênero e do Estado” (Ballestrin, 2020, p. 9).

A decolonialidade, enquanto categoria analítica, e a descolonialidade, enquanto substância prático-teórica, têm contribuído na reformulação do que seriam os processos de descolonização e pós-colonização, ambas apropriadas pelos movimentos feministas (Ballestrin, 2020). Esse processo tem sido fundamental para o reconhecimento de que os estudos de gênero e feministas ocidentais, sob o pretexto de apoio “humanitário”, são frequentemente responsáveis por silenciar e colonizar experiências étnico-raciais não ocidentais (Ferrara; Carrizo, 2021).

Deste modo, é por meio do olhar e das experiências das mulheres e comunidades marginalizadas que seremos capazes de interpretar o esqueleto das desigualdades, pois, através das subalternidades feministas decoloniais e seu privilégio epistêmico, poderemos (re)conhecer os conhecimentos invisibilizados pela epistemologia ocidental, ocultadora dos saberes e linguagens dos não-ocidentais (Mohanty, 2003, 2015; Mignolo, 2017). Portanto, ao priorizarmos o saber particular frente ao supostamente universal e a desobediência epistêmica frente à epistemologia ocidental, é possível vislumbrar a insurgência de “conhecimentos descoloniais e instituições descoloniais” (Mignolo, 2017, p. 6), uma vez que habitar a liminaridade é a condição para desenvolver a agência que permite às subalternas compreender os processos que envolvem opressor e oprimido/a (Naves; Fontoura, 2022). Transcurso conhecido, no âmbito do marxismo, como o desenvolvimento da “consciência de classe”.

Ao compreender a colonialidade como uma prática hegemônica na produção da ação e do pensamento, perceberemos como a divisão binária de gênero também foi fundamental para sua continuidade, uma vez que a superioridade da razão masculina, frente a uma irracionalidade feminina e emotiva, deu origem a uma incessante rivalidade entre intelecto e natureza (Ferrara; Carrizo, 2021).

Segundo Scott (1995), o conceito de gênero emergiu como categoria analítica a partir do século XX, em meio à crítica feminista à ciência cartesiana e ao modelo estruturalista, tornando-se um campo de enriquecimento para os feminismos. Os estudos de gênero, por debaterem as problemáticas das diferenças binárias, baseadas no sexo biológico, constroem-se teoricamente sem essencializar a categoria “mulher” (Butler, 2019). Assim, o gênero tornou-se um modo de “reinvidicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens” (Scott, 1995, p. 95).

Além dos debates de gênero, o feminismo negro, por sua vez, trouxe novas perspectivas para o enriquecimento epistêmico dos feminismos. Segundo bell hooks (2018), há diferentes demandas entre as feministas reformistas, preocupadas apenas em estabelecer a igualdade de direitos entre homens e mulheres, e as demandas das feministas revolucionárias, preocupadas com todo o sistema de opressão patriarcal, como as desigualdades de classe, os direitos reprodutivos e as pautas do feminismo negro. Para a autora, as “importantes intervenções em relação à raça não destruíram o movimento das mulheres, mas o fortaleceram”, pois “superar a negação de raça ajudou mulheres a encarar a realidade da diferença em todos os níveis” (hooks, 2018, p. 53), construindo um movimento feminista em que se pudesse falar da diversidade das realidades nas quais as mulheres se encontram.

Assim, o feminismo negro, as teorias de gênero e os corpos dissidentes têm desafiado as normas de colonialidade, como é o caso da intersexualidade, que escapa à binária divisão sexual entre feminino e masculino (comum nas sociedades “modernas”), em que as mulheres cis, trans e os/as/es não binários são objetos secundários em relação à norma: o homem de cor branca e heterossexual. Atravessadas pelo “sistema de gênero moderno/colonial”, as subjetividades e as interseccionalidades de gênero, classe, raça e sexualidade expõem estruturas de poder que possivelmente não seriam compreendidas se analisadas separadamente (Lugones, 2020).

Por isso, estuda-se como a colonialidade do poder, marcada pelo mito do estado de natureza e “incivilização” das raças negras, indígenas, americanas e amarelas frente à civilização europeia, poderia ter sido a origem da dimensão social

de gênero (Quijano, 2000; Lugones, 2020, 2011), por iniciar um longínquo processo de dominação e violência baseados em classificações sociais.

Para Lugones (2020), interpretar o alcance do sistema de sexo-gênero da modernidade capitalista é entender o alcance do controle biopolítico e sexual fundamentado pela repressão de gênero. Com foco no impacto da divisão sexual do trabalho na vida das mulheres subalternas (não burguesas), as feministas decoloniais ultrapassaram o limite teórico das análises de Quijano sobre colonialidade e gênero, ao assegurar que a sobreposição androcêntrica da realidade condicionou uma divisão sexual racializada do trabalho para as mulheres do Sul, em grande parte responsáveis pelo âmbito doméstico e do cuidado, historicamente naturalizados pela modernidade (Lugones, 2020).

A redução do gênero feminino ao privado, ao controle do sexo, seus recursos e produtos, é uma questão ideológica, apresentada como biológica, e é parte da produção cognitiva da modernidade que conceitualizou a raça como “atribuída de gênero” e o gênero como racializado de maneiras particularmente diferenciadas para europeus/eias brancos/as e para colonizados/as não brancos/as. A raça não é nem mais mítica, nem mais fictícia do que o gênero – ambos são ficções poderosas (Lugones, 2020, p. 72).

Foi desse modo que a divisão sexual do trabalho, inscrita no período escravista e imposta pela colonização, permitiu a expansão capitalista e a dominação colonial (Quijano, 2005; Lugones, 2020; Federici, 2019). As mulheres foram majoritariamente subordinadas às atividades domésticas e ao “trabalho reprodutivo”, não sendo reconhecidas como trabalhadoras pelo Estado na democracia capitalista (Federici, 2019). Desse modo, as contribuições econômicas das mulheres, centradas na esfera pública de produção, foram apenas parcialmente visibilizadas, sendo ocultada, por sua vez, a reprodução do trabalho que acontece na esfera privada, provavelmente porque o trabalho público costuma ser realizado por mulheres brancas capitalistas e o trabalho privado por mulheres negras e pobres (Faria, 2009; Federici, 2019; Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019).

Assim, a colonialidade de gênero construiu-se paralelamente à hierarquização das raças, pois se refere a um processo de construção do poder e “desumanização” da(o) outra(o) (Naves; Fontoura, 2022). Fundamentalmente racista e especista, a colonialidade de gênero colocou o “homem branco” colonizador como superior às

mulheres colonizadas, aos negros e às demais espécies de animais do planeta – bem como ao próprio meio ambiente (Naves; Fontoura, 2022; Lugones, 2011).

Assim, os feminismos e a agroecologia apresentam pautas e vivências imbricadas, pois a dominação da mulher e da natureza formam um fator determinante para a ascensão colonizadora e capitalista, pois

[...] a masculinidade patriarcal está no centro da separação dos seres humanos da natureza, bem como do processo de objetificação da natureza como forma de possibilitar o seu domínio e conversão em matéria-prima para exploração industrial, processo essencial para a perpetuação do colonialismo e para o avanço do capitalismo (Lamas *et al.*, 2021, p. 2).

As mulheres dividem todo o seu tempo na realização de tarefas referentes ao trabalho doméstico, aos cuidados e aos cultivos e/ou processamento de alimentos, assumindo uma sobrecarga de trabalho. Contudo, o trabalho que a mulher desenvolve no roçado é socialmente compreendido apenas como “ajuda” ao trabalho do marido (Bezerra *et al.*, 2019, p. 91).

Assim, é uma constante na literatura o fato de que as mulheres rurais trabalham por muitas horas em diferentes atividades cotidianas, mercadológicas e não-mercadológicas, mas não se reconhecem e não são reconhecidas como trabalhadoras em grande parte destas tarefas (Bezerra *et al.*, 2019).

Os conhecimentos e as práticas desempenhadas pelas mulheres, contudo, subsidiam as transições de modelos convencionais de agricultura para modelos ecológicos e sustentáveis (como a agroecologia), já que são elas as principais responsáveis pelo cuidado e pela preocupação com a qualidade e a quantidade dos alimentos consumidos por suas famílias (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019; Siliprandi, 2007). A preservação destes saberes seria imprescindível para garantir a redução dos impactos das mudanças climáticas e da insegurança alimentar entre as comunidades mais vulneráveis (Feitosa; Yamaoka, 2020; Toledo; Barrera-Bassols, 2015).

Esta ligação das mulheres com a agricultura, a alimentação e o cuidado podem se relacionar à ancestralidade, principalmente das mulheres negras e pobres em nosso país. De acordo com Vattathara e Zarnott (2019, p. 3), desde o Brasil colônia, “eram as mulheres que permitiam, por meio do trabalho na agricultura, a perpetuação da vida da família negra na senzala ou no quilombo, e a manutenção de culturas, técnicas de cultivo e outros fatores”.

Assim, compreender as relações de gênero no campo exige compreender a resistência construída pelas mulheres rurais ao sistema agro-colonial, indagando: “como as mulheres do movimento agroecológico brasileiro resistem à colonialidade de gênero em sua luta diária?” (Naves; Fontoura, 2022, tradução nossa<sup>4</sup>). Além disso, “como é que as suas narrativas nos permitem compreender as formas negligenciadas de resistência e transformação das mulheres rurais?” (Naves; Fontoura, 2022, tradução nossa<sup>5</sup>). O feminismo decolonial, ressaltado por Naves e Fontoura (2022), se apresenta como uma chave para o estudo da realidade das mulheres na América Latina, em especial aquelas negligenciadas pela ciência convencional, como as mulheres rurais.

Entidades nacionais e internacionais têm destacado a importância das mulheres na agricultura. A ONU instituiu o ano de 2018 como o Ano da Mulher Rural, inclusive para viabilizar que parte preponderante de mulheres ainda vivem em situação de extrema pobreza e insegurança alimentar. Siliprandi (2013) salienta que há lacunas nos padrões de insegurança alimentar entre homens e mulheres, como ocorre em outras estatísticas socioeconômicas que analisam a variável de gênero.

Atualmente, as mulheres rurais são “responsáveis por 45% da produção de alimentos no Brasil e nos países em desenvolvimento”. (FAO, 2018). Elas trabalham, em casa e na lavoura, “cerca de 12 horas semanais a mais que os homens”, e dedicam os seus ganhos financeiros, quase que integralmente, para o sustento da família, mas não possuem, em sua maioria, a titularidade das terras, inclusive daquelas que moram e/ou trabalham (FAO, 2018). No Brasil, essa representatividade tem crescido, mas ainda não se igualou à dos homens (EMBRAPA, 2020).

As mulheres são, assim, a base das agriculturas, incluindo aquelas que podem conviver ecologicamente com a natureza, como a agroecologia (Naves; Fontoura, 2022). Portanto, analisar e compreender a capacidade de organização e a história das mulheres camponesas pode contribuir para dar visibilidade às práticas agroecológicas e à construção de uma agroecologia feminista. Para tanto, a fim de construir uma agroecologia feminista, faz-se necessário que os estudos e as práticas feministas ultrapassem os limites da primeira e segunda ondas do movimento, voltando-se para

---

<sup>4</sup> No original: “how do women in the Brazilian agroecology movement resist gender coloniality in their daily struggle?”.

<sup>5</sup> No original: “how do their narratives allow us to understand neglected rural female forms of resistance and transformation?”.

as construções feministas pós e de(s)coloniais das lutas fronteiriças, há muito tempo sendo travadas (Naves; Fontoura, 2022; Mohanty, 2003, 2015).

Ressalta-se que, nessas lutas, as mulheres na agroecologia têm papel preponderante, pois ajudam a construir uma agroecologia com destaque a nível global, como também sistemas agroalimentares sustentáveis e a segurança alimentar de suas famílias e da sociedade (Ferreira; Pires; Gomes, 2021). Essas mulheres estão nos espaços produtivos masculinos e nos espaços reprodutivos ditos femininos, são 70% da mão de obra de trabalho rural, sendo, além disso, responsáveis pelo cuidado da casa e do lar (Ferreira; Pires; Gomes, 2021). Além disso, as mulheres se mostram mais empenhadas nos processos de inovação agroecológica e na construção de sistemas agroalimentares sustentáveis (Ferreira; Pires; Gomes, 2021).

Desse modo, é relevante perguntar: de que forma as mulheres agricultoras contribuem para o desenvolvimento de sistemas agroalimentares mais saudáveis e sustentáveis, como no caso da agroecologia? Além disso, “em que medida os avanços epistemológicos relacionados aos ‘gender studies’ e ao feminismo podem alimentar a reflexão sobre o conhecimento agroecológico”? (Laranjeira *et al.*, 2018, p. 77).

Sabe-se que as confluências entre as pesquisas sobre feminismos e agroecologia nasceram a partir dos estudos sobre mulheres rurais, indígenas e quilombolas. A construção dessas mulheres como sujeitos políticos foi feita através de movimentos sociais e deram origem a movimentos feministas do campo, como o Setor Nacional de Gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a Marcha das Margaridas (Siliprandi, 2009; Paulino, 2016; Hillenkamp, 2019b; Santos, 2019).

Durante a resistência ao período ditatorial e a construção do processo de redemocratização do país, as ativistas e sindicalistas tiveram pouco espaço e acesso à terra e a melhores condições de trabalho em seus movimentos, como na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e no MST (Hillenkamp, 2019b). Dessa dificuldade surgiram diversos núcleos organizados de camponesas pró-igualdade de gênero e de autonomia para as mulheres rurais, que antes disputavam visibilidade sem alcançar muitos resultados, pois, nos movimentos majoritários que participavam, acreditava-se que falar sobre gênero poderia ofuscar os temas centrais da luta pela terra (Hillenkamp, 2019b).

Os movimentos sociais das(os) agricultoras(es), em geral, não participaram dos primeiros encontros de agricultura alternativa (1981 e 1983), mas nos últimos (1987 e 1989) começaram a participar. Estes encontros eram realizados especialmente por estudantes de agronomia e engenheiros agrônomos que criticavam o sistema agrícola hegemônico. Desta crítica, deu-se início o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), que deu origem mais tarde à Rede PTA (Hillenkamp, 2019b), base da organização da ANA.

Nos anos 1990, a resistência ao modelo convencional de agricultura passou pela organização de ações como a criação da Via Campesina, “que posicionou a reforma agrária e a soberania alimentar na agenda internacional, vinculando-as aos problemas de organização das mulheres” (Hillenkamp, 2019b, p. 314, tradução nossa<sup>6</sup>). Ocorre também a organização e/ou reorganização de movimentos como o MST, que, nos anos 2000, assume a agroecologia em seu programa. No MST e na ANA, as feministas começam a se organizar, o que influencia a introdução das pautas da agroecologia em movimentos feministas como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), cuja origem está nos anos 2000 (Santos, 2019).

Compreendida como parte da ANA, a ABA é uma associação científica de cunho nacional que reúne cientistas, professores e estudantes da área. São nestes espaços que surgem os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs) e os CBAs.

No VIII CBA (2013, Porto Alegre), as mulheres participantes do evento lançaram o slogan “Sem feminismo não há agroecologia”, processo cuja articulação política representa a importante luta das camponesas que tiveram, durante muito tempo, suas singularidades ofuscadas pelo feminismo branco globalizado e, parcialmente, em seus próprios movimentos (Naves; Fontoura, 2022; Zaremba *et al.*, 2021; Hillenkamp, 2019b). Segundo Zaremba *et al.* (2021, p. 3, tradução nossa<sup>7</sup>), “uma agroecologia feminista é necessária para uma transformação justa e holística dos sistemas alimentares”. Assim, uma agroecologia feminista, que contemple a interseccionalidade das relações sociais de gênero, classe, geração, raça e etnia dentro do movimento, poderia construir a luta pela soberania alimentar e a redução das desigualdades sócio-agrícolas em contexto global.

---

<sup>6</sup> No original: “que posicionó la reforma agraria y la soberanía alimentaria en la agenda internacional, vinculándolas a la problemática de la organización de las mujeres”.

<sup>7</sup> No original: “a feminist agroecology is necessary for a just and holistic food systems transformation”.

Para Zaremba *et al.* (2021), a agroecologia precisaria cuidar dos temas referentes à justiça social e à equidade para que não se reduza a um mero conjunto de técnicas em agricultura, desenvolvimentista e academicista, transformando-se em uma cartilha não adaptável à diversidade de relações sócio-ecológicas nas quais poderia estar inserida. O que as autoras chamam de construção de um conhecimento “holístico” diz muito sobre a essência da agroecologia: uma ciência, uma prática e um movimento preocupado com o(s) sistema(s) agroalimentar(es) em sua totalidade: a qualidade do solo, o manejo de nutrientes de plantas e alimentos, a resistência às “pragas”, a preservação da água e nascentes, a economia, a biodiversidade e as pessoas (Zaremba *et al.*, 2021).

Nesse sentido, a agroecologia deveria preocupar-se com as consequências da desigualdade de gênero, pois

um conjunto fragmentado de práticas tem muitas vezes referenciado apenas nominalmente a transformação social e ecológica, ao mesmo tempo que continua a tratar as mulheres e as partes interessadas marginalizadas como uma nota de rodapé ou uma caixa a ser assinalada (Zaremba *et al.* 2021, p. 14, tradução nossa<sup>8</sup>).

Assim, as teorias e críticas de gênero deveriam fazer parte não só dos estudos sociológicos em agroecologia, mas de sua base epistemológica e síntese como conhecimento, uma vez que a agroecologia está baseada no feminismo por sua “própria natureza como um movimento que busca transformar os sistemas existentes que são baseados em estruturas patriarcais, exploradoras e de cima para baixo” (Zaremba *et al.*, 2021, p. 14, tradução nossa<sup>9</sup>) e, juntos (feminismos e agroecologia), se tornam mais fortes para superar a destruição ecossistêmica em curso, imposta (entre outros motivos) pelo modelo agrícola hegemônico.

Uma vez que de(s)colonizar é estarmos cotidianamente inseridas em práxis transformadoras, feministas, agroecológicas e não ocidentalizadas, Hollanda (2020, p. 12) nos questiona: “como construir um feminismo sem levar em conta as epistemologias originárias?” e, ainda, “como podemos reconsiderar as fontes e conceitos do feminismo ocidental?”. Nós, por sua vez, perguntamos: como construir

---

<sup>8</sup> No original: “a fragmented set of practices has too often only nominally referenced social and ecological transformation while continuing to treat women and marginalized stakeholders as a footnote or a box to be checked”.

<sup>9</sup> No original: “agroecology is inherently grounded in feminism by its very nature as a movement that seeks to transform existing systems that are based in patriarchal, exploitative, and topdown structures”.

uma agroecologia sem levar em conta as epistemologias feministas? Como poderemos, assim, reconsiderar as fontes e os conceitos da ciência e agriculturas convencionais? Talvez uma das questões fundamentais desta pesquisa seja: onde estão e que lugar ocupam as mulheres na agroecologia e na construção deste conhecimento? Um destes lugares são os movimentos por autonomia.

Surgido nos anos 1980, no nordeste brasileiro, o ideário dos movimentos por autonomia construído pelas camponesas teve como base movimentos sociais rurais que lutavam por direitos sociais e, logo nas décadas seguintes, agregaram críticas ao sistema agrário vigente, adotando parâmetros da agroecologia e reivindicando “o valor do trabalho de cuidado e reprodução da vida humana e não humana” (Hillenkamp, 2019b, p. 299, tradução nossa<sup>10</sup>). De base associativista e coletiva, essas organizações, analisadas por Hillenkamp (2019a, 2019b), desejavam disputar o poder para ter acesso a mercados e espaços políticos e às políticas públicas promovidas por aqueles, com a garantia de uma alimentação de qualidade e a preservação de seus saberes fitoterápicos e bioconhecimentos.

Segundo a autora, o conceito de autonomia, além da luta por independência, se relaciona a uma disputa de valores sobre o que é primordial na/para (a) vida. Assim, “a autonomia requer a renegociação das relações de poder e opressão existentes e o desenvolvimento de novas interdependências, mais igualitárias e inclusivas” (Hillenkamp, 2019b, p. 301, tradução nossa<sup>11</sup>). Por exemplo, o reconhecimento dos trabalhos não remunerados, como o do cuidado, como princípio fundamental da renegociação. Compreendemos, assim, que os cuidados fazem parte dos trabalhos não remunerados, sendo que as mulheres dividem todo o seu tempo entre trabalho doméstico, cuidados e cultivo de alimentos, assumindo uma sobrecarga de trabalho.

Um destes lugares de trabalho são as feiras de agricultura familiar, em que as mulheres são protagonistas e vêm transformando a comercialização dos alimentos em relações que não são apenas mercadológicas e com alto impacto ambiental para relações de proximidade e de racionalidade ecológica (Bezerra *et al.*, 2019; Guérin, 2005; Toledo; Barrera-Bassols, 2015).

---

<sup>10</sup> No original: “el valor del trabajo de cuidado y reproducción de la vida humana y no humana”.

<sup>11</sup> No original: “la autonomía requiere la renegociación de las relaciones de poder y opresión existentes y el desarrollo de nuevas interdependencias, más igualitarias e inclusivas”.

Quando as mulheres são as responsáveis diretas pelo cuidado desses alimentos em geral, a terra é cuidada com práticas mais agroecológicas. Em geral, estes cultivos são em menor escala, muitas vezes no formato de “quintais”, e, quando a escala aumenta, “as relações patriarcais se ativam e as mulheres têm menos autonomia para decidir o que e como cultivar” (Bezerra *et al.*, 2019, p. 90).

Desse modo, observando a realidade das mulheres tanto na agroecologia como na agricultura como um todo, o investimento público em políticas para a equidade de gênero no campo é importante e dialoga com a realidade das agricultoras que vivem em coexistência com as economias de produção e reprodução social (Hillenkamp, 2019a; Bezerra *et al.*, 2019; Guérin, 2005).

Para proporcionar uma mudança genuína no trabalho laboral do campo e nas narrativas sobre alimentação e agricultura, é preciso reconhecer com humildade e aprender com as mulheres ativistas, camponesas, indígenas, quilombolas, que estão à mercê deste sistema e sempre tiveram muito a nos ensinar. Estes aprendizados são úteis para as transformações necessárias ao sistema agroalimentar, pois o sistema alimentar baseado no modelo de agricultura bioquímica e industrial que conhecemos hoje não tem conseguido sustentar o planeta, sendo necessário disputar estrutural e ideologicamente os espaços.

Na primeira seção, de modo específico, vimos como a Revolução Verde trouxe consigo inúmeros problemas para o meio ambiente a nível global. Discutimos, também, o surgimento da agroecologia e sua construção enquanto movimento e disciplina científica, bem como o nascimento do conceito de sistemas agroalimentares e sua importância, junto à agroecologia, para resistir aos “impérios alimentares globalizados” e para a construção de segurança alimentar e nutricional de famílias e comunidades.

Na segunda seção, por sua vez, compreendemos como as discussões de gênero têm adentrado o campo dos saberes e da construção do conhecimento agroecológico, assim como os principais desafios das mulheres dentro da agroecologia. Apreendemos a luta das mulheres por melhores condições de vida e a explicação do movimento feminista a partir da “metáfora das ondas”. Percebemos, também, como o feminismo decolonial surge em oposição a um modelo de feminismo “universal” e em diálogo com a problemática da colonialidade do poder e de gênero. Assim, visualizamos como a divisão binária de gênero gera a superioridade masculina

e a divisão sexual do trabalho, sobrecarregando as mulheres com o trabalho doméstico e do cuidado.

Diante do exposto, a primeira e a segunda seção do capítulo apontaram a necessidade de construção de uma agroecologia feminista e uma compreensão da importância dos feminismos descoloniais frente a um projeto de contínua colonização social e ambiental. Percebemos como, por meio do diálogo com movimentos camponeses, indígenas e quilombolas, a agroecologia tem construído um aparato contra-hegemônico para a reprodução da vida no campo, profundamente marcada pela dominação colonial do agronegócio. No capítulo a seguir, daremos ênfase aos métodos utilizados neste trabalho.

## **2. A TROCA DE SABERES COMO O LOCAL DE CONSTRUÇÃO AGROECOLÓGICA E PESQUISA PARTICIPATIVA**

O percurso metodológico da pesquisa será apresentado neste capítulo, com destaque para os processos de organização e os princípios orientadores da Troca de Saberes, evento realizado na Universidade Federal de Viçosa (UFV) por um conjunto de organizações do campo agroecológico, especialmente da Zona da Mata de Minas Gerais. Esse foi o ambiente de desenvolvimento da pesquisa realizada com mulheres participantes da Troca de Saberes, compreendida como uma expressão dos distintos movimentos e trajetórias femininas na construção da compreensão e da prática da agroecologia.

A Zona da Mata mineira é um território que vivencia uma constante disputa política, constituindo-se como um espaço de densas experiências agroecológicas, que tem como expressão a luta de diferentes movimentos sociais contra hegemônicos. Estes reforçam a reprodução social da agricultura familiar e dos povos originários, fazendo oposição ao agronegócio e à mineração exploratória.

Por meio da Lei Estadual nº 23.207 de 2018, 21 cidades da Zona da Mata (entre elas a cidade de Viçosa, MG) são reconhecidas como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica, estando entre os seus objetivos o fomento da agricultura familiar de base agroecológica, o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar na região. Destaca-se o artigo nº. 3, inciso X, desta Lei, que incentiva metodologias de pesquisa agroecológicas por meio da “sistematização de saberes e experiências populares” (MINAS GERAIS, 2018).

A Lei do Polo tem como intuito fortalecer o movimento agroecológico que já era existente desde 1980 na região, cuja instituição foi marcada por intensa mobilização popular. Segundo Oliveira, Mendonça e Magno (2025) o Polo pode ser abarcado a partir do conceito de territorialidade, ao compreender que o território é perpassado por diferentes formas de controle social e ideológico, que são vivenciados pelos agentes em seu cotidiano. Neste contexto diferentes atores formam uma rede de movimentos locais, que giram em torno da agroecologia e das pautas da “economia solidária, da cultura popular, dos territórios livres de mineração e da organização de trabalhadores rurais e agricultores familiares” (Oliveira; Mendonça; Magno, 2025, p.

3). É neste espaço, propício para a prática agroecológica, que acontece a Troca de Saberes.

A Troca de Saberes constitui um espaço de articulação entre pesquisa, ensino e extensão, realizado na UFV desde 2009, anualmente, durante a Semana do Fazendeiro, na cidade de Viçosa, região da Zona da Mata mineira.

A Semana do Fazendeiro é o evento mais antigo da UFV e teve início logo após a criação da antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV), em 1920 — instituição que futuramente se transformaria em Universidade Federal, UFV (Silva, 2018).

A ESAV foi um projeto político do então presidente viçosense Arthur da Silva Bernardes<sup>12</sup>, pautada em um modelo de desenvolvimentismo agrônomo norte-americano que pretendia resolver os problemas da elite mineira à época (Silva, 2018). Assim, tendo sido criada em 1929, ainda no contexto da ESAV, a Semana do Fazendeiro surgiu com o objetivo de oferecer cursos de formação e intercâmbios aos agricultores da região. Além disso, desempenhou papel de propagandista de tecnologias agrícolas e de divulgação da própria ESAV, constituindo-se como um evento de extensão majoritariamente vinculado ao agronegócio e um dos mais tradicionais do ramo no país (Silva, 2018; Lopes *et al.*, 2013).

Assim, com o passar dos anos, a Semana do Fazendeiro se transformou e, além de atender os agricultores da região, foi aberta ao público não especializado, oferecendo uma gama de apresentações que incluem “feira agrícola e de artesanatos, leilões, Mini Fazenda, exposição de máquinas, estandes técnicos institucionais, praça de alimentação e shows culturais” (Silva, 2018, p. 33)<sup>13</sup>.

Em 2009, a Troca de Saberes foi criada como ambiente de interação entre a Universidade e a agricultura familiar (Silva, 2018) organizada pelo Programa de Extensão Universitária TEIA, sendo atualmente mobilizada pelo Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia da UFV (ECOAF-UFV)<sup>14</sup> e seus parceiros.

---

<sup>12</sup> Para conhecer a história do ex-presidente Arthur da Silva Bernardes, que governou o Brasil entre 15 de novembro de 1922 e 15 de novembro de 1926, ver [Arthur da Silva Bernardes | Casa Arthur Bernardes \(ufv.br\)](#). Acesso em 18 set. 2023.

<sup>13</sup> Para mais informações sobre a Semana do Fazendeiro, ver: [93ª Semana do Fazendeiro | 22 a 28 de julho de 2023 \(ufv.br\)](#). Acesso em 18 set. 2023.

<sup>14</sup> O ECOAF é um espaço de encontro para os movimentos sociais e os projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionados à agroecologia e à Educação do Campo na Zona da Mata mineira, cuja construção anual da Troca de Saberes se tornou uma das suas principais demandas e tema das reuniões. Segundo Cardoso *et al.* (2018, p. 4), os Núcleos e Redes de Estudos em Agroecologia, a

O evento propicia o encontro da cultura popular, das sabedorias populares e dos conhecimentos acadêmicos, fortalecendo a construção do movimento agroecológico na Zona da Mata mineira (Silva, 2018). Por ser de base agroecológica, encontra-se alinhada à Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e às Leis nº 10831/2003, a nível federal, e nº 23207/2018, a nível estadual.

A Lei Federal nº 10831/2003, cujo texto abrange a produção agroecológica e demais modelos de agricultura alternativa, foi a primeira a regulamentar a agricultura orgânica no país. Além das leis citadas, o Decreto nº 7794/2012 instituiu a PNAPO, que incentiva a transição agroecológica e a produção orgânica de base agroecológica no Brasil e destaca a importância da “redução das desigualdades de gênero, por meio de ações e programas que promovam a autonomia econômica das mulheres” (BRASIL, 2012). Salienta-se, também, a existência do artigo nº. 4, inciso I, que constitui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), e do inciso VII, que trata da importância da “pesquisa e inovação científica e tecnológica” na área (BRASIL, 2012).

Durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019–2023), diversas instâncias da PNAPO foram revogadas por meio do Decreto nº 9784/2019, como a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO), sendo revigoradas através do Decreto nº 11363/2023 pelo atual Presidente da República Federativa do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva (BRASIL, 2012, 2019, 2023).

Assim, destaca-se que, ao completar 13 edições, em 2022, a Troca de Saberes se tornou um evento referência para a agroecologia no Brasil e na Zona da Mata de Minas Gerais por sua capacidade de reunir e sistematizar experiências da agricultura familiar e da agroecologia, dos movimentos sociais e educacionais populares, dos setores da economia solidária e dos agentes da ancestralidade camponesa, quilombola e indígena (Lara, 2023).

Dessa forma, entre os diferenciais do evento, estão as redes formadas entre os projetos, as agricultoras e os movimentos que dão vida e colocam em prática a agroecologia, visto que são realizados debates e círculos de discussão, “apresentação de resultados de pesquisas, feiras de sementes e de produtos da agricultura familiar

---

exemplo do ECOA-UFV, “procuram criar ambientes que permitiram a realização de forma transdisciplinar e indissociável da pesquisa, ensino e extensão, com isto, ampliaram a participação dos agricultores(as) nas universidades, institutos e instituições de pesquisa”.

camponesa; bem como plenárias de movimentos sociais e ato público em defesa da agroecologia” (Silva, 2020, p. 158).

Diversos movimentos sociais, associações e projetos de extensão universitários fazem parte da Troca de Saberes. Com base em Lara (2023), elenca-se na tabela a seguir os principais grupos parceiros da Troca de Saberes, cuja essência é a diversidade.

Quadro 1 – Principais grupos parceiros da Troca de Saberes (UFV)

<b>Nome</b>
Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas (AMEFA)
Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM)
Escola Nacional de Energia Popular (ENEP)
Grupo Entre Folhas Plantas Medicinais
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP- UFV)
Instituto Socioambiental de Viçosa (ISA - Viçosa)
Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas (MMZML)
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Zona da Mata Mineira (MST-ZM)
Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)
Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB)
Organização Cooperativa de Agroecologia (OCA)
Produtora Micorrizas Arte e Agroecologia
Projeto de pesquisa GENgiBRe – Relação com a natureza e igualdade de gênero. Uma contribuição à teoria crítica a partir de práticas e mobilizações feministas na agroecologia no Brasil.
Rede Agroecológica Raízes da Mata
Rede de Mutirões Agroecológicos da Zona da Mata (REMA)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Lara (2023).

A denominação “Troca de Saberes” remete à oportunidade de compartilhar conhecimentos de forma horizontal e intercambiável, compreendendo, conseqüentemente, que “o conhecimento especializado somente pode ser assimilado pelos agricultores através de uma ação dialógica e combinado ao seu conhecimento tradicional” (Andrioli, 2009, p. 35). Percebe-se que a Troca de Saberes e a agroecologia relacionam-se com os princípios e práticas da Educação Popular, estando imbuídas de métodos específicos, como a pesquisa participante.

## **2.1 Percursos metodológicos da pesquisa participante**

A pesquisa participante nasceu na década de 1960, a partir dos estudos de Orlando Fals Borda e Paulo Freire, no contexto de lutas anticapitalistas na América Latina, sendo inseparável da educação popular (Laranjeira; De Souza Barbosa, 2018). Seu foco está na posição do pesquisador e a sua relação com o pesquisado, pois ela permite

[...] produzir conhecimentos com a comunidade, instaurando processos dialógicos e educadores capazes de modificar práticas produtivas e concepções e assim ampliar, por um lado a produção agroecológica, a inclusão produtiva e a segurança alimentar e, por outro, a organização e a participação comunitária, resultando em avanço na transição agroecológica e no processo de empoderamento (Laranjeira; De Souza Barbosa, 2018, p. 47-48).

Segundo Brandão (2006, p. 28), a pesquisa participante contribui para processos científicos em que coexistem o “reconhecimento da contribuição do outro, do diferente e a partilha de seus saberes e experiências”. Este método/prática procura fortalecer o Diálogo de Saberes e os processos de reflexão teórica em que se busca transpor os abismos do conhecimento moderno, reconhecendo possibilidades e limitações dos múltiplos saberes e desenvolvendo uma pesquisa científica interrelacional capaz de aproximar as pesquisadoras dos sujeitos e das comunidades pesquisadas, ao “problematizar sua ação no mundo e valorizar o que os sujeitos têm construído” (Toná; Guhur, 2009, p. 3324).

No contexto da pesquisa participante na agroecologia, Sevilla Guzmán (2002, p. 24-25) destaca o uso do “‘grupo de discussão’, da ‘entrevista’ e das demais técnicas da metodologia qualitativa” para que o rompimento com as relações de poder estabelecidas na agricultura e na ciência hegemônicas seja incentivado e disseminado entre agricultores e pesquisadores.

Assim, um dos métodos escolhidos para o desenvolvimento desta pesquisa foi a observação participante. Compreende-se que o uso da observação participante adveio da necessidade de uma compreensão aprofundada do “outro”, associando a curiosidade da pesquisadora às técnicas antropológicas de interpretação cultural (Geertz, 1989; Yin, 2016). Segundo Peirano (2008), o processo de observação participante envolve a descrição e a comunicação da vivência por meio da escrita, em uma conversa com o leitor e consigo mesma. Assim, os desafios são “interpretar, traduzir, elaborar o diálogo que esteve presente na pesquisa de campo” (Peirano, 2008, p. 8) e transformá-lo em texto científico.

Durante a pesquisa, a observação participante foi desenvolvida através da participação da pesquisadora em seu campo-tema e ambiente metodológico: a XIII Troca de Saberes da UFV, sob a coordenação do ECOA-UFV, realizada de 13 a 17 de agosto de 2022 em formato presencial e nos dias 18 e 19 de agosto em formato virtual.

Para a realização da pesquisa de campo, a pesquisadora participou da coordenação da XIII Troca de Saberes da UFV e esteve presente nas reuniões e em outras atividades de organização do evento, que ocorreram entre abril e agosto de 2022, todas as sextas-feiras, às 14h, na Casa 19 da Vila Gianetti (UFV) (Figura 1) e, posteriormente, no gramado da UFV, conhecido como “gramado-escola” (Figura 2), locais de encontro e acolhimento.

Figura 1 – Casa do ECOA-UFV, localizada no número 19 da Vila Gianetti (UFV)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Figura 2 – Gramado da UFV, conhecido como “gramado-escola”



Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

O diário de campo foi utilizado como ferramenta de registro dos principais acontecimentos observados durante as reuniões e enquanto o evento se sucedia. O diário de campo é uma técnica da pesquisa antropológica, sendo usado como forma documental etnográfica a partir da observação dos comportamentos de um grupo social (Cachado, 2021; Kroef; Gavillon; Ramm, 2020). Por isso, “o seu uso consciente

e sistemático contribui para que a observação participante seja de fato útil a uma pesquisa qualitativa” (Cachado, 2021, p. 552).

Para Cachado (2021), a principal vantagem do uso do diário de campo em pesquisas qualitativas é o aprofundamento epistemológico que este é capaz de agregar, contribuindo com a qualidade das perguntas, reformulação de hipóteses e resultados da pesquisa. Através da análise de conteúdo dos dados primários empíricos e reflexivos oriundos da observação participante, o diário de campo “impede seriamente que se negligencie material e torna mais úteis os materiais etnográficos nele reunidos” (Cachado, 2021, p. 561).

Ademais, em pesquisas participantes, o papel do diário de campo é ajudar a compreender a imersão da pesquisadora em seu campo de estudo, uma vez que a sua relação com os sujeitos da pesquisa será determinante na produção do conhecimento, sendo o diário uma “ferramenta de intervenção ao provocar reflexões sobre a própria prática de pesquisa e das decisões em relação ao planejamento, desenvolvimento, método de análise e divulgação científica” (Kroef; Gavillon; Ramm, 2020, p. 466).

Nesse sentido, a pesquisadora, nas palavras de Cachado (2021), deve ter a “humildade científica” necessária para aceitar que seus dados e análises compreendem registros de um momento histórico específico, afetados pelos contextos sociais de uma época. Ao registrar em diário de campo a vivência no campo-tema<sup>15</sup> da XIII Troca de Saberes, foram elaboradas memórias e trocas intersubjetivas sobre (e com) este universo e seus sujeitos, produzindo novas explicações, perspectivas e afetos coproduzidos no tempo presente (Kroef; Gavillon; Ramm, 2020). Por isso, como a escrita é inerente ao trabalho de toda pesquisadora,

[...] o diário de campo não é um texto pronto, como um resultado final da pesquisa, mas está inserido no procedimento metodológico, [pois] a forma como nos inserimos no campo-tema modula o percurso, que vai se constituindo desde a proposta da questão a ser estudada até a finalização da pesquisa (Kroef; Gavillon; Ramm, 2020, p. 476).

A rotina das reuniões preparatórias da XIII Troca de Saberes envolveu processos ritualísticos, como a “mística de abertura” e o método de introdução das reuniões, geralmente com a presença de cânticos, danças e atividades de

---

<sup>15</sup> “O conceito de campo-tema, além de ser um guia para a produção de diários de campo, pode influenciar o fazer ético da pesquisa-intervenção, na forma de conduzir a relação com os(as) participantes da pesquisa” (Kroef; Gavillon; Ramm, 2020, p. 478).

relaxamento/meditação em grupo. Outras características que podem ser destacadas nas reuniões são a ornamentação do espaço com elementos da natureza, como flores, raízes e folhas e objetos decorativos feitos à mão, como cartazes com escritos, pinturas e desenhos. Durante as reuniões e outras atividades de preparação, as refeições eram compartilhadas no formato de “mesa da partilha”, em que cada integrante levava algum alimento para compartilhar com os demais para se formar um banquete coletivo e diverso, geralmente com frutas, bolos, pães, biscoitos, sucos e chás.

Uma das primeiras atividades para a estruturação da Troca de Saberes decorreu do uso da metodologia de criação colaborativa de projetos *Dragon Dreaming* (DD), idealizada por John Croft, seguindo as suas cinco etapas fundamentais: sonhar, planejar, realizar e celebrar (Lara, 2023).

Na Figura 3, visualiza-se a execução da metodologia DD, realizada em 06 de maio de 2022, e a delimitação das etapas em cores: sonhar (rosa claro), planejar (rosa), realizar (roxo) e celebrar (preto).

Figura 3 – Metodologia DD, ministrada em 06 de maio de 2022



Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Durante a etapa do “sonhar”, foram feitas reuniões semanais conhecidas como “Papo que Ecoa”, em que se desenvolveram dinâmicas como o “Círculo dos Sonhos”

e buscou-se descobrir objetivos, motivações e reunir informações para a realização da Troca de Saberes.

Ainda na etapa do “sonhar”, foi escolhido o tema da XIII Troca de Saberes de 2022: *“Curar, levantar e resistir: em memória daquelas que partiram”*. O tema foi escolhido na reunião de 27 de maio de 2022 como forma de homenagear as vítimas da Covid-19. O uso da contração “daquele” (de + aquele) usada na versão feminina “daquelas” (de + aquelas) foi escolhida com o intuito de provocar o debate sobre gênero, causando “estranhamento” e, assim, reflexões sobre o assunto. Segundo Mäder e Severo (2016), o uso do masculino genérico na língua portuguesa tem mudado, com alterações na morfologia gramatical e na própria sociedade, o que as autoras chamam de construção coordenada:

No caso de uma reconfiguração epistêmica em relação aos saberes linguísticos, alinhamo-nos à ideia de que a língua é heterogênea, dinâmica e variável, o que significa que a emergência de uma variável linguística – pela instauração de uma nova variante – pode ser motivada por questões de natureza extralinguística (Mäder; Severo, 2016, p. 256).

Na etapa seguinte, o planejamento foi feito a partir da definição de estratégias para a construção da XIII Troca de Saberes. A equipe organizadora foi dividida em onze comissões (Coordenação; Metodologia; Alimentação; Mobilização; Alojamento; Transporte; Comunicação; Financeiro; Secretaria; Arte e Cultura; e Estrutura) e seis grupos de trabalho (Troquinha de Saberes; Tenda da Cura; Instalações Artístico-Pedagógicas (IAP); Nguara Puri; Troca de Sementes; e Feira Agroecológica da Economia Solidária - Bem-viver).

Figura 4 – Comissões da XIII Troca de Saberes (UFV)



Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

A etapa de realização do que foi sonhado e planejado veio a seguir, formando-se assim o *design*, a programação e a organização das atividades desempenhadas pela equipe durante os dias do evento. Nas Figuras 5 a 10 é possível visualizar a programação da Troca de Saberes no ano de 2022 e sua identidade visual.

Figura 5 – Arte-divulgação da XIII Troca de Saberes (UFV)



Fonte: Página do Facebook da Troca de Saberes, 2022.

Figura 6 – Programação XIII Troca de Saberes (13/08 - Sábado)



Fonte: Página do Facebook da Troca de Saberes, 2022.

Figura 7 – Programação XIII Troca de Saberes (14/08 - Domingo)



**TROCA DE SABERES 13**  
 CURAR, LEVANTAR E RESISTIR:  
 EM MEMÓRIA DAQUELAS QUE PARTIRAM

**14/08 - Domingo**  
 Grupos prioritários:  
 SPG Floriô e Movimento Sindical

7 - 10h	Tenda da Cura
8 - 9h50	Instalações Artístico Pedagógicas (IAP) Credenciamento
8 - 12h	Troquinha
9h50 - 10h10	Mesa da Partilha Intervenção Artística
10h10 - 12h	Roda de Conversa
12 - 14h	Almoço Cortejo - Folia de Reis e Congado
12:30 - 15h	Credenciamento Assembléia SPG Floriô
14 - 15h	Lançamento CD Cantos Puri-Dava Puri
14 - 16h	Tenda da Cura
15 - 16h	Troca de Sementes
15:50 - 16:10h	Mesa da Partilha
16 - 18h	Instalações Artístico Pedagógicas (IAP)
17 - 18h	Troquinha
18 - 19h	Sopa da Fartura
19 - 20h	Cultural - Roda de Capoeira e Samba

Fonte: Página do Facebook da Troca de Saberes, 2022.

Figura 8 – Programação XIII Troca de Saberes (15/08 - Segunda-feira)



**TROCA DE SABERES 13**  
 CURAR, LEVANTAR E RESISTIR:  
 EM MEMÓRIA DAQUELAS QUE PARTIRAM

**15/08 - Segunda**  
 Grupos prioritários: Movimentos de Mulheres,  
 Crianças, Puris, Quilombolas e Negro

7 - 10h	Tenda da Cura
8 - 10h50	Instalações Artístico Pedagógicas (IAP) Credenciamento
8 - 10h	Troquinha
9h50 - 10h10	Mesa da Partilha Intervenção Artística
10h10 - 12h	Roda de Conversa
12 - 14h	Almoço Cortejo - Folia de Reis de Barretos e Pedras
13:30 - 15h	Credenciamento
14 - 15h	Troquinha
14 - 16h	Tenda da Cura
14 - 15h30	Rodas de Conversa
15h30 - 16h	Socialização
15:50 - 16:10h	Mesa da Partilha Troca de Sementes
16h10 - 18h	Instalações Artístico Pedagógicas (IAP) Tenda da Cura
18 - 19h	Sopa da Fartura
19h	Cultural - Sarau

Fonte: Página do Facebook da Troca de Saberes, 2022.

Figura 9 – Programação da XIII Troca de Saberes (16/08 - Terça-feira)

**TROCA DE SABERES 13**  
 CURAR, LEVANTAR E RESISTIR:  
 EM MEMÓRIA DAQUELAS QUE PARTIRAM  
**16/08 - Terça**

Grupos prioritários: MST, MAM, MAB, Juventude  
 (EFAs, PJR, Escolinha sindical)

7 - 8h Tenda da Cura  
 8 - 9h50 Intalações Artístico Pedagógicas (IAP)  
 Credenciamento  
 Troquinha  
 9h50 - 10h10 Mesa da Partilha  
 Intervenção Artística  
 10h10 - 12h Roda de Conversa  
 Troquinha  
 12 - 14h Almoço  
 Cortejo - Folia de Reis do Boné  
 13:30 - 15h Credenciamento  
 14 - 15h30 Rodas de Conversa  
 15h30 - 16h Socialização  
 14 - 18h Tenda da Cura  
 15:30 - 16:10h Mesa da Partilha  
 Troca de Sementes  
 16 - 18h Intalações Artístico Pedagógicas (IAP)  
 18 - 19h Sopa da Fartura  
 18:30 - 19:30h Intervenção Artística  
 19h Cultural - Danças Circulares

Fonte: Página do Facebook da Troca de Saberes, 2022.

Figura 10 – Programação XIII Troca de Saberes (17/08 - Quarta-feira)

**TROCA DE SABERES 13**  
 CURAR, LEVANTAR E RESISTIR:  
 EM MEMÓRIA DAQUELAS QUE PARTIRAM  
**17/08 - Quarta**  
 Ato Público

7 - 8h Tenda da Cura  
 8 - 9h50 Intalações Artístico Pedagógicas (IAP)  
 Credenciamento  
 Troquinha  
 9h50 - 10h10 Mesa da Partilha  
 Intervenção Artística  
 10h10 - 12h Socialização  
 12 - 14h Almoço  
 14 - 18h Troquinha  
 14:30 - 15h Credenciamento  
 14 - 16h Cultural  
 Preparação para o Ato Público  
 16h Ato Público

Fonte: Página do Facebook da Troca de Saberes, 2022.

A estimativa é que 5 mil pessoas tenham participado da XIII Troca de Saberes, sendo que, em média, 1 mil visitantes participaram, por dia, de alguma atividade do gramado-escola da XIII Troca de Saberes. Essas atividades incluíram, entre outras, o encontro inter-religioso, a mesa da partilha, as rodas de conversa, o ato público, as assembleias, os cortejos e as IAPs.

As IAPs, muito utilizadas durante a Troca de Saberes, são

[...] uma dinâmica de grupo a partir da utilização de estímulos visuais, com a exposição harmônica de objetos que remetem ao tema a ser discutido, e a partir dos quais, com a atuação dos facilitadores, provoca-se uma reflexão coletiva, estimula-se o diálogo sobre o tema e a troca de saberes (Souza *et al.* 2021, p. 190).

Ao utilizar a estética e a espacialização de elementos, as IAPs são capazes de gerar reflexividade nas participantes (Grupioni; Barbosa, 2018). O cenário construído em uma IAP é feito com o objetivo de despertar a curiosidade e a imaginação das suas observadoras e observadores. Na Troca de Saberes, elas são utilizadas de várias maneiras: algumas em momentos específicos, animadas pelo(s) organizador(es) da Instalação, e outras durante todos os dias do evento, de forma ‘autoguiada’, sem necessidade de mediação das suas criadoras.

Várias IAPs foram realizadas no gramado escola em 16 de agosto de 2022 (Figura 11). Entre as IAPs deste dia, destacam-se: “Oca Tokmã Kahap”; “Projeto arquitetônico participativo na Escola Nacional de Energia Popular - ENEP”; “Filosofando com a Agroecologia”; “Transição agroecológica e certificação orgânica na Zona da Mata Mineira”; e “Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e a Agroecologia”.

Figura 11 – Instalações Artístico-Pedagógicas na XIII Troca de Saberes UFV



Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Na Figura 12, visualiza-se a apresentação da IAP “Terra adoecida: curar é resistir e se unir é reciclar”, que problematizou a importância da Coleta Seletiva para a conservação do planeta, dando centralidade à Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Viçosa (ACAT) e à Associação dos Trabalhadores da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa (ACAMARE), ambas sediadas no município de Viçosa-MG, sob a coordenação das equipes da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e do Projeto Interação (ambos vinculados à UFV).

Figura 12 – IAP “Terra adoecida: curar é resistir e se unir é reciclar”



Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Na Figura 13, destaca-se a IAP “Sonhos e Dragões - como criar e implementar projetos para a sustentabilidade”, ofertada pelo curso em Educação do Campo da UFV, um diálogo acerca da construção de projetos agroecológicos que ajudam na transformação e na sustentabilidade do planeta.

Figura 13 – IAP “Sonhos e Dragões: como criar e implementar projetos para a sustentabilidade”



Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Além das IAPs, os Círculos de Cultura (Figura 14), de forte inspiração freiriana, também foram utilizados na Troca de Saberes, bem como na pesquisa participante. Para sua realização, as participantes são induzidas ao processo de reflexão através de perguntas geradoras feitas por uma mediadora, com objetivo de estimular a participação e a autorreflexão do grupo e de cada integrante do Círculo.

O Círculo acontece em três etapas: a escolha das palavras ou perguntas geradoras; a codificação, responsável por trazer o tema à realidade; e a decodificação, isto é, o processo de esclarecimento coletivo sobre o tema debatido e a leitura da realidade (Silva, 2020). De acordo com Lopes *et al.* (2013, p. 3), esse método “mobiliza os participantes do grupo a pensar sua realidade dentro de uma concepção de reflexão-ação”.

Figura 14 – Círculo de Cultura - XIII Troca de Saberes UFV



Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Assim também, os visitantes puderam visitar e adquirir produtos na Feira do Bem Viver. As crianças foram acolhidas na Troquinha (espaço da Troca destinado às crianças) e várias pessoas foram atendidas na Tenda da Cura (espaço de promoção da saúde por meio de diferentes abordagens integrativas).

Na Feira do Bem Viver, ocorreu a exposição de artigos da Economia Solidária, um bazar foi realizado e artigos confeccionados à mão foram vendidos, como

materiais de papelaria (agendas e cadernos) e itens de crochê, bordado e tricô (bonecas de pano, panos de prato, gorros, cachecóis entre outros).

Figura 15 – Bazar da Feira do Bem Viver



Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

O Ato Público encerrou a Troca de Saberes com uma caminhada da Universidade até a praça central da cidade. Buscou-se evidenciar à sociedade os principais debates e pautas tratadas durante o evento, entre as quais, a pauta de gênero, presente em uma faixa trazida por mulheres com o slogan “Sem feminismo não há agroecologia” (Figura 16).

Figura 16 – Faixa “Sem feminismo não há agroecologia” usada durante o Ato Público da XIII Troca de Saberes



Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

No momento “pós-Troca”, foram conduzidas a avaliação e a gestão dos conhecimentos gerados, que contribuem com o evento nos próximos anos, sendo uma ocasião propícia para refletir sobre aquilo que foi (ou não) bem-sucedido durante a XIII Troca de Saberes.

Desse modo, a utilização da observação participante durante a organização do evento, registrada em cadernos de campo, contribuiu para uma compreensão mais aprofundada dos processos de construção da XIII Troca de Saberes, seus princípios teóricos-metodológicos e a concepção de conhecimento deste evento/movimento. Esta vivência foi importante para entender como as mulheres, em sua diversidade, se mobilizam para construir a Troca de Saberes. Além disso, serviu para elencar as informantes chaves desta pesquisa, conforme serão apresentadas na seção seguinte.

## 2.2 Abordagem qualitativa: entrevistas e escuta aprofundada

Além da observação participante, foram realizadas oito entrevistas em profundidade com mulheres lideranças da agroecologia que participaram, em diferentes edições, da Troca de Saberes da UFV. Alberti (2013) destaca a pertinência

do uso de entrevistas no aprofundamento sobre o tema pesquisado. Segundo Bourdieu (1997, p. 699), o uso de entrevistas em pesquisas qualitativas pode favorecer uma reflexão compartilhada entre pesquisadoras(es) e entrevistadas(os), circunscrevendo o “lugar que o pesquisado ocupa no espaço social”.

O uso de entrevistas em pesquisas qualitativas permite o aprofundamento sobre o tema pesquisado (Alberti, 2013), favorece processos de autorreflexão compartilhadas entre os sujeitos e contribui na investigação do universo de experiências constitutivas dos sujeitos entrevistados (Bourdieu, 1997; Alberti, 2013). Ademais, a entrevista pode contribuir na investigação do universo de experiências constitutivas dos sujeitos pesquisados, pois “o que constitui um discurso e torna possível uma situação de comunicação é a condição de um sujeito que leva à linguagem e compartilha com outrem uma experiência” (Alberti, 2013, p. 290). Para Carvalho (2003, p. 284), “a biografia, ao tornar-se discurso narrado pelo sujeito autor e protagonista, instaura sempre um campo de renegociação e reinvenção identitária”.

As entrevistas foram realizadas entre setembro e novembro de 2022, utilizando um roteiro semiestruturado, sendo duas presenciais e seis em formato virtual. Na escolha das entrevistadas, foram observados critérios de diversidade étnico-racial. Entre elas, quatro se autodeclararam como pardas e/ou pretas, três entrevistadas como brancas e uma entrevistada como da etnia indígena puri. As características das interlocutoras e um breve resumo de suas trajetórias encontram-se no Quadro 2.

Quadro 2 – Perfil das entrevistadas

Entrevistada (n°)	Perfil
1	<p>A entrevistada tem 33 anos de idade, se autodeclara branca e bissexual. É natural de Belo Horizonte-MG e reside em Viçosa-MG. É professora de Biologia, homeopata, possui graduação em Biologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Conheceu a agroecologia através do movimento estudantil, em especial do Encontro Nacional dos Estudantes de Biologia (ENEBIO) e da Escola Família Agrícola <i>Puris</i> de Araponga (EFA-Puris), onde participou do Seminário de Homeopatia (2014) e depois atuou como professora. A entrevistada participa do Organismo de Controle Social (OCS), da Rede Trem Natural (mesorregião Campos das Vertentes-MG) e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). Conheceu a Troca de Saberes através do trabalho na EFA, durante as visitas da escola ao evento, tendo participado ativamente da XIII edição da Troca de Saberes como bolsista técnica do ECOA.</p>
2	<p>A entrevistada tem 36 anos de idade, se autodeclara parda e heterossexual. É natural e residente de Divino-MG. É agricultora familiar, possui Ensino Médio e especialização em Agroecologia. A entrevistada é presidente do Sistema Participativo de Garantia (SPG) Floriô, participa da Pastoral da Juventude Rural enquanto assessora, do Grupo de Café Orgânico e do Grupo das Terapeutas – que estuda o uso e aplicabilidade das terapias integrativas (como homeopatia, reiki, plantas medicinais e florais) na agricultura. Conheceu a Troca de Saberes através dos Intercâmbios Agroecológicos. Participa da Troca de Saberes desde as suas primeiras edições em atividades com a juventude, Troca de Sementes, doações e comercialização de alimentos e, mais recentemente, com o SPG.</p>
3	<p>A entrevistada tem 46 anos de idade, se autodeclara branca e heterossexual. É natural e residente de Espera Feliz-MG. É agricultora familiar e possui Ensino Fundamental incompleto. Conheceu a agroecologia através da relação com os movimentos sociais, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espera Feliz, no qual é diretora, a cooperativa de produtoras(es) rurais e o movimento de mulheres Raízes da Terra. Utiliza os conhecimentos e práticas da agroecologia na sua propriedade. Participa da Troca de Saberes desde as suas primeiras edições, principalmente nas rodas de conversas e espaços das mulheres e como representante do sindicato.</p>

4	<p>A entrevistada tem 50 anos de idade, se autodeclara branca e heterossexual. É natural da Argentina, naturalizada brasileira e reside em Viçosa-MG. É professora de Dança, com graduação em Artes Corporais, mestrado em Artes e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É coordenadora do Núcleo de Educação do Campo e Agroecologia (ECOIA) e integrante da Seção Sindical dos Docentes da UFV (ASPUV). Conheceu a agroecologia através do Programa TEIA (atualmente ECOIA) e do processo de criação do curso de Educação do Campo da UFV. Começou a participar da Troca de Saberes (desde a sua primeira edição) através do projeto de educação ambiental e corporal “Corpo Dança, Corpo Brinca”, em parceria com o Centro de Tecnologias Alternativas (CTA).</p>
5	<p>A entrevistada tem 56 anos de idade, se autodeclara negra e heterossexual. É natural e residente de Viçosa-MG. É jornalista, graduada em Comunicação Social e possui pós-graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. É vice-presidente da Associação dos Servidores Administrativos (ASAV) da UFV, participa do movimento negro, do Fórum Estadual de Mulheres Negras, do Acervo Cultural Entre Folhas e do Partido dos Trabalhadores (PT). Iniciou seu percurso na agroecologia através do contato com os saberes das plantas medicinais e da ancestralidade negra. Participa da Troca de Saberes há mais de cinco anos, atuando na Comissão de Infraestrutura, realizando IAPs e, recentemente, como pesquisadora (sendo a Troca o tema do seu trabalho de conclusão da pós-graduação).</p>
6	<p>A entrevistada tem 57 anos de idade, se autodeclara negra e heterossexual. É natural de Lajinha-MG e reside em Juiz de Fora-MG. É artesã, educadora popular e possui Ensino Médio. É presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Juiz de Fora (CONSEA), participa do coletivo Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico (MOGICO) e da Associação de Reciclagem e Artesanato (LIXARTE). Entrou na agroecologia através da influência do pai (que era agricultor e produzia sem agrotóxico) e da Economia Solidária, especificamente da Cooperativa de Portadores de Deficiência (COOPDEF). Participa como feirante da Troca de Saberes desde as suas primeiras edições.</p>

7	A entrevistada tem 62 anos de idade, se autodeclara indígena da etnia <i>Puri</i> e heterossexual. É natural de Caratinga-MG e reside no Rio de Janeiro-RJ. É produtora cultural, artesã e possui graduação em Auditoria Fiscal (atuando também nesta área). Participa dos movimentos Ressurgência Puri e Sementes da Terra. Aprendeu sobre a agroecologia ao mergulhar na ancestralidade indígena, principalmente pelos ensinamentos da sua mãe. Participa principalmente do movimento indígena Puri na Troca de Saberes.
8	A entrevistada tem 63 anos de idade, se autodeclara negra e heterossexual. É natural e residente de Viçosa-MG. É benzedeira e possui Ensino Médio. É integrante da Farmácia Viva, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e líder espiritual na União de Negros pela Igualdade (UNEGRO). A sua vivência na agroecologia se dá através das plantas medicinais e práticas umbandistas. Participa da Troca de Saberes desde a sua fundação e foi uma das precursoras da Tenda da Cura (espaço dedicado à espiritualidade e a promoção da saúde de forma alternativa na Troca de Saberes).

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da pesquisa.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV e o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) foi lido e assinado por cada participante antes das entrevistas. Estas foram gravadas, transcritas manualmente e analisadas de acordo com as cinco fases de Yin (2016), que incluíram: compilar, decompor, recompor, interpretar e concluir a análise dos dados e suas interações. Este processo permitiu conhecer as entrevistadas e suas histórias como agricultoras, cientistas, ativistas, entre outras, conforme será apresentado no próximo capítulo.

### 3. AS DIMENSÕES DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DA AGROECOLOGIA NA ZONA DA MATA MINEIRA

Neste capítulo, dividido em três seções, buscou-se analisar como as mulheres compreendem e contribuem para a construção da agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais a partir da Troca de Saberes. Na primeira parte, serão apresentadas as organizações e os movimentos sociais aos quais as entrevistadas se vinculam, bem como suas principais pautas e lutas, destacando os diferentes sentidos da agroecologia na perspectiva dessas mulheres e suas práticas. A segunda seção evidenciará os aspectos relacionados à construção do conhecimento e os sentidos da Troca de Saberes. A terceira seção abordará as contradições e opressões de gênero ainda vivenciadas por essas mulheres.

#### 3.1 Mulheres na agroecologia: movimentos sociais, cuidado e ancestralidade

Na pesquisa, buscou-se abranger, intencionalmente, lideranças femininas de diferentes movimentos sociais e organizações, justamente pela compreensão de que a construção da agroecologia incorpora uma diversidade de sujeitos. No caso das mulheres, interessa evidenciar quais espaços elas ocupam nesse processo coletivo de construção. É importante destacar que não foi possível entrevistar toda a representatividade de mulheres presente na XIII Troca de Saberes. Acredita-se, no entanto, que aquelas que estão envolvidas na pesquisa são capazes de demonstrar aspectos importantes da dinâmica e da pluralidade da agroecologia na região.

De antemão, a partir das falas das interlocutoras, é possível destacar um conjunto de movimentos e organizações sociais às quais as mulheres entrevistadas se vinculam:

Eu estou engajada na **Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)**. Sou membro do GT - Construção do Conhecimento Agroecológico e falo do chão de bolsista técnica desse projeto que eu trabalho. Trabalho com o **ECOIA**, com o **SPG**, o **Raízes da Mata**... Hoje eu estou na ABA (Entrevistada 1, grifo nosso).

Meu contato maior com a agroecologia foi através da PJR, a **Pastoral da Juventude Rural**, em um espaço com outros jovens (Entrevistada 2, grifo nosso).

Eu trabalho também na diretoria do **sindicato de Espera Feliz**, faço parte da cooperativa, do **grupo de mulheres Raízes da Terra**, do **movimento de mulheres** na comunidade onde estou, então é um pouquinho aí de cada coisa. (...) A gente participa aqui do **SPG**, que é um grupo pequeno de

agricultores que acredita que tem jeito de trabalhar, tem jeito de produzir sem química, sem adubo e fazer essa mudança (Entrevistada 3, grifo nosso).

Eu participo do **Fórum Estadual de Mulheres Negras**, participo do **movimento sindical**. Eu participo do movimento negro. **União de Negros pela Igualdade**. Agora do grupo de trabalho mulheres de negócios, mulheres empreendedoras. (...) Dentro do movimento negro e quilombola eles estão sempre ligados com a agroecologia, o grupo aqui é da agroecologia. Eu esqueci de falar que eu faço parte do **PT**. Sempre que têm algumas atividades eu estou participando, no **ENEP**, dentro da área medicinal, né? Participo do **Acervo Cultural do Entre Folhas** (Entrevistada 5, grifo nosso).

Estou na presidência do **Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - CONSEA**, aqui no município de Juiz de Fora e faço parte do CONSEA-MG que tem a discussão da agroecologia. Além disso, aqui a gente tem o **MOGICO (Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico)** que é mais voltado para a Economia Solidária e sua relação com a agroecologia (Entrevistada 6, grifo nosso).

Eu participo do movimento de **Ressurgência Puri**, que é um movimento que trabalha com o resgate da cultura, por isso então ele mexe um pouco com tudo isso, o trabalho, o artesanato, a cultura de um modo geral. Eu também fiz parte do **movimento Sementes da Terra**, que é um movimento de agroecologia que tem aqui no Rio (Entrevistada 7, grifo nosso).

Todos os movimentos sociais que eu estou tem envolvimento com a **espiritualidade. Igualdade racial, Farmácia Viva**, encontro de mulheres em saúde mental, tanto de Viçosa como do estado. Vixe mãe do céu é muito movimento. Da **APAE** que eu sou responsável, que as pessoas me acham uma pessoa muito espiritual lá na APAE. (...) Tem a **Unegro** de Viçosa e a Unegro de Minas Gerais. Eu sou representante de MG, líder religiosa da Unegro de Viçosa, Belo Horizonte e MG. Participo dos movimentos negros dentro da espiritualidade (Entrevistada 8, grifo nosso).

Pelo conjunto de falas, percebe-se que as mulheres entrevistadas compõem o movimento por meio de diferentes pautas, sintetizadas em: 1. Indígenas, como o Movimento Ressurgência Puri; 2. Sindicatos e representações de classe, como o STR, a ASPUV, a ASAV, a APAE e a ABA; 3. Movimentos de mulheres, como o Raízes da Terra; 4. Movimentos de agricultura orgânica e agroecológica, como o SPG, o CTA, o ECOA, a Rede Raízes da Mata; 5. Grupos de saúde alternativa, a exemplo do Farmácia Viva e do Acervo Cultural Entre Folhas; 6. Movimentos antirracistas e de igualdade racial, como a UNEGRO; 7. Entidades com ênfase em temas como segurança alimentar, a exemplo do CONSEA-MG; 8. Instituições que visam formas alternativas de energia, como a ENEP; 9. Coletivos de Economia Solidária, a exemplo do MOGICO, em Juiz de Fora; 10. Movimento da juventude e cristão, como a Pastoral da Juventude Rural; 11. Além de partidos políticos, como o PT.

A atuação destas mulheres ocorre, portanto, em diferentes frentes na construção da agroecologia: pelo resgate da cultura, contra o racismo, por grupos que

produzem sem adubos químicos, pela espiritualidade, pela produção da SAN e/ou pela Economia Solidária. Assim, foi possível perceber como as relações em grupo são importantes para as mulheres, uma vez que, unidas umas às outras, suas bandeiras se tornam ainda mais fortes. Do mesmo modo, identifica-se como elas atuam em movimentos diversificados, o que demonstra uma abertura e uma flexibilidade para atuar em diferentes espaços.

Esta representatividade nos revela um ponto fundamental a ser considerado na construção do conhecimento agroecológico: a diversidade de corpos, organizações e bandeiras, princípio assumido na concepção prática e teórica da Troca de Saberes. Este ambiente de intercâmbio entre causas populares, espirituais, econômicas, científicas, identitárias, entre outras, demonstra as diferentes racionalidades, militâncias e vivências dos sujeitos envolvidos, reforçando que a agroecologia é, também, movimento e ação coletiva.

Como destacado pela Entrevistada 5, é dentro do movimento agroecológico que surge a oportunidade de aprender com outras mulheres e, assim, através de outros conhecimentos, ter a oportunidade para crescer:

Estar aí dentro da agroecologia, dentro do movimento, mais participativo da agroecologia é importante porque a gente aprende muito com as outras mulheres também, com os outros conhecimentos, né? Então a gente aprende todos os dias com essas mulheres, não é? É uma troca de saberes. Então, por isso é importante esse movimento agroecológico. Se nos der oportunidade, a gente cresce, a gente voa, alto mesmo. O que é preciso é oportunidade (Entrevistada 5).

Nesse contexto, em relação à atuação e à vivência das mulheres tanto na agroecologia quanto nos diferentes movimentos, foi possível perceber que sentimentos de autonomia e autoconfiança são construídos a partir de vínculos criados com outras mulheres, sejam familiares e/ou companheiras de movimentos.

Embora com trajetórias distintas, é interessante notar que, ao serem indagadas sobre o que compreendem como agroecologia, diferentes sentidos do cuidado foram mobilizados nas entrevistas, independentemente da posição ocupada pelas mulheres, conforme alguns trechos destacados a seguir:

A agroecologia, para mim, é você plantar e colher com respeito. Respeitando a Terra. Eu acho que isso é agroecologia, por isso que eu falo da agroecologia familiar, porque está interligado a família, a Terra e o **cuidado** (Entrevistada 7, grifo nosso).

Agroecologia é o **cuidado** que você tem com a mãe Terra, com as nascentes, com os alimentos que você vai produzir, aquele zelo, entendeu? (Entrevistada 3, grifo nosso).

Agroecologia para mim é tudo. Porque sem agroecologia não tem alimento saudável e a agroecologia **cuida** da natureza, tudo que é natureza, tudo que vem da mãe terra a agroecologia **cuida** e sem folha não há orixá e sem orixá não há folha. Então, a agroecologia é tudo para mim, tudo que se fala 'natureza' é agroecologia, então para mim é muito importante, principalmente para mim que trabalha na área da espiritualidade e eu dependo da natureza para **cuidar** das pessoas. Eu não **cuido** das pessoas com remédio alopático, eu **cuido** com a natureza, eu preciso da natureza para **cuidar** de mim, para **cuidar** dos meus e das pessoas que precisam de ser **cuidadas** por ela. Então, isso é a agroecologia para mim: saúde, vida (Entrevistada 8, grifo nosso).

Nesse sentido, da mesma forma que se cuida do lar, do roçado e dos filhos, a terra também deveria ser cuidada e, através do cuidado, tanto o movimento como a agroecologia são construídos. Diferentes formas de cuidar podem ser percebidos nos discursos das entrevistadas. Nos trechos destacados acima, o cuidado está relacionado ao respeito à Terra, aqui atrelado à espiritualidade. Desse modo, relacionam-se família, Terra e cuidado, além do cuidado em cada etapa da produção de alimentos.

Como demonstrado por Camargo (2023), o gênero é capaz de produzir diferentes formas de ligações com a natureza, sendo as mulheres historicamente colocadas no papel de cuidar, parir, nutrir e educar, bem como de guardiãs da terra, suas sementes e ervas medicinais. Assim, as mulheres desempenham tarefas essenciais na manutenção da vida, seja na construção de sistemas agroalimentares resilientes, como a produção variada de alimentos de qualidade superior, seja na conservação das sementes crioulas, seja no “desenvolvimento de técnicas de cultivo próprias, como a integração de culturas no mesmo local de produção” (Camargo, 2023, p. 67). Assim, como identificado nas falas das entrevistadas, é importante destacar como o cuidado desempenhado pelas mulheres tem sido um diferencial no alcance das metas acerca da agricultura no planeta.

Além do cuidado, também foi comum a representação da agroecologia como ancestralidade e história, no contexto familiar ou de forma ampliada, abordando a agroecologia como uma prática ancestral, vivenciada por comunidades tradicionais e povos originários. Relaciona-se, assim, agroecologia, cuidado e ancestralidade, uma vez que, para as mulheres entrevistadas, os antepassados já exerciam práticas

agroecológicas e possuíam uma alimentação saudável, ligada à sua própria experiência:

A agroecologia para mim é muito importante porque a agroecologia é **ancestral**. Ela vem desde as minhas **ancestrais** que sempre trabalharam com a agroecologia, com **cuidado**, com **cuidado** da família, com o **cuidado** da alimentação. Com **cuidado** da saúde mesmo. Então, agroecologia para mim é uma constante na minha vida, esse **cuidado** de conhecer os alimentos. Os alimentos que a gente deve comer, ter uma alimentação saudável, o **autocuidado** com a família, com a casa (Entrevistada 5, grifo nosso).

Estamos retornando às nossas **origens** porque a agroecologia já era feita pelo nosso povo, o nosso povo antepassado não usava o agrotóxico e venenos para fazer a plantação. Então a agroecologia ela tem um renascimento, porque as pessoas estão adoecendo por causa do excesso de agrotóxico na alimentação que é produzida aí pelas grandes indústrias. Então a agroecologia veio contrapor o agrotóxico e o agronegócio porque a gente tem formas de plantar, de colher, de produzir, para poder alimentar as pessoas (Entrevistada 6, grifo nosso).

A agroecologia é uma **prática ancestral** em que eles aprenderam com a própria experiência, fazendo, 'mão na massa'. Então eu acho que a agroecologia é muito importante. Minha avó era praticamente agroecológica, falecida com 120 anos (Entrevistada 8, grifo nosso).

É aquilo que o capitalismo tenta invisibilizar ou até soterrar e a gente precisa escavar, então, agroecologia, para mim, tem esse lugar de escavar os **saberes** que foram soterrados por esse mecanismo capitalista de produção exacerbada a qualquer custo e trazer, retomar um pouco das nossas **ancestralidades** e desses **saberes** que de certo modo nos foram proibidos. É quase como se eles não existissem, não são validados pelo pensamento hegemônico (Entrevistada 4, grifo nosso).

Ademais, as entrevistadas dão ênfase a uma prática agroecológica capaz de “escavar os saberes” que foram proibidos e invisibilizados pelo capitalismo e não validados pelo conhecimento hegemônico. São trazidos exemplos familiares como forma de demonstrar que os ancestrais já praticavam a agroecologia e este tipo de cuidado.

Segundo Bernardo (2018, p. 231), a ancestralidade é um conceito que “permite entender os territórios desterritorializados”, como os da experiência negra e indígena no Brasil, “cuja própria existência e resistência determinam o local de rasura de uma nação que se pretende homogênea”. No mais, a ancestralidade, enquanto categoria, “possui uma natureza fenomenológica sociocultural enfatizando a quebra da primazia da razão como definidora de verdades” (Bernardo, 2018, p. 232). De acordo com Veiga (2020), este conceito faz parte da epistemologia do feminismo negro, por sua referência às mulheres e aos antepassados que construíram conhecimentos e caminhos de resistência negra.

Segundo Tatini e Tatini (2020), parte da ancestralidade do povo negro foi sublimada pela colonização e pela ideologia cristã quando os europeus chegaram ao Brasil e, com eles, muitos dos conhecimentos sobre plantas e alimentos medicinais se perderam. Mattos e Fernandez (2024, p. 97) destacam que o uso de ervas e chás medicinais pode ser uma forma de acessar a “territorialidade e [a] sustentabilidade desses conhecimentos”, sendo necessário, para tal, políticas públicas específicas para esses grupos, de forma a preservar os seus saberes agroecológicos e ancestrais.

A relação entre agroecologia com as ancestralidades africana e/ou indígena, a importância da “preservação” das “lembranças” e do resgate de sua cultura foram elaboradas em diferentes momentos das entrevistas, com relatos e lembranças sobre a prática da agroecologia e o contato com a natureza, particularmente no espaço da “roça”, desde a infância de algumas das mulheres entrevistadas.

Eu pratico a agroecologia de forma **ancestral**. Porque eu já aprendi assim, desde a criação que eu tenho contato com a natureza, contato com as ervas medicinais. Na minha casa tinha um canteiro lá que minha mãe cultivava folhas de chás. A gente sempre priorizava comer muita verdura, muitos legumes. Os meus **ancestrais** moravam na roça, mas eu me mudei para a cidade, mas mesmo assim a gente sempre priorizou ter um canteirinho, né? (Entrevistada 5, grifo nosso).

Eu acho que a mulher na agroecologia tem tudo a ver falando em “**lembrança**”. Quando eu era criança, a minha mãe ia pra roça. Era assim que a gente falava, a minha mãe ia pra roça com meu padrasto e lá eles plantavam de tudo. Aí, por exemplo, na época do milho, a minha mãe ia para lá e a minha mãe botava aquele trem na cabeça e ficava o dia inteiro na roça. Naquela época, a gente não chamava de agroecologia, a gente chamava de roça mesmo, sabe? (Entrevistada 7, grifo nosso).

Porquanto, além da ênfase no “cuidado”, de acordo com algumas das entrevistadas, o engajamento pessoal no movimento agroecológico ocorreu porque os saberes da agroecologia, como a não utilização de agrotóxicos nas plantações e o uso de ervas medicinais para tratamentos de saúde, haviam sido transmitidos por familiares e/ou pessoas próximas em seus lares. Ressalta-se, a perspectiva da ancestralidade e da “origem” como elementos fundamentais à agroecologia enquanto conhecimento e movimento.

Nesse mesmo aspecto de preservação agroecológica, na perspectiva das entrevistadas, a agroecologia é uma vivência prática e cotidiana de cuidado, carinho e respeito com (e pela) natureza, digna de ser (re)conhecida em sua potencialidade. Para elas, é necessário conhecer a natureza e respeitá-la para se ter algum retorno (Entrevistada 6). Adicionalmente, entende-se que a agroecologia se

constrói no cotidiano em um processo de constante descoberta, sendo preciso “estar junto” e olhar para a semente do plantio com carinho (Entrevistada 3). Nesse contexto, como reafirmado pelas entrevistadas, temos como foco o papel das mulheres e do cuidado na agroecologia:

Primeiramente, para ser agroecológico você precisa conhecer a natureza porque na natureza tudo se planta, colhe. Então é respeitar a natureza porque as pessoas não têm muito **respeito** por isso. Quando você **respeita** você tem um retorno muito grande da terra (Entrevistada 6, grifo nosso).

A gente constrói (a agroecologia) no dia a dia, nós aqui da família, meu esposo, a gente descobriu e fomos aplicando no dia a dia, descobrindo esse processo da agroecologia e como é eficaz. Para mim que sou mulher é o papel das mulheres agricultoras, não é? É um olhar para a semente do plantio, das mudas, estar junto ali. Nós fazemos café seletivo aqui e é um processo que nós mulheres levantamos, porque nós mulheres temos esse **carinho** (Entrevistada 3, grifo nosso).

Desse modo, discutimos como a racionalidade da prática agroecológica, envolvida pelos princípios de coletividade e diversidade (seja de plantações e/ou pessoas), é responsável por construir experiências de lutas que rompem com a “ciência convencional”. Para as entrevistadas, como ponto comum de seu discurso, é preciso produzir sem agrotóxico, com diversidade de plantações, “dentro da linha da agroecologia” (Entrevistada 6). A agroecologia não é apenas técnica, mas também movimento social, interação com as pessoas, com a comunidade e outros movimentos sociais. Assim, para ser agroecológico, é preciso “ter uma interação com a comunidade” e levantar outras bandeiras (Entrevistada 2):

Olha, hoje para mim praticar a agroecologia eu conheço que a gente tem que produzir sem ter agrotóxico. É uma produção que dá para você plantar no mesmo espaço que você plantar o café, você pode plantar a cana, pode plantar banana, pode plantar verduras, que uma vai estar protegendo a outra dentro da linha da agroecologia (Entrevistada 6).

A agroecologia para mim vai muito além de técnicas e práticas agrícolas. Para a pessoa se considerar agroecológica tem que ter uma interação com a comunidade, também com outras pessoas que tem essa bandeira, né? Não tem como fazer agroecologia sozinha sem essa interação com a comunidade e o social, tem que levantar bandeiras que vão além de ambientais, pois tem a questão cultural, a questão étnico-racial, da juventude, que é uma coisa que eu sou bem envolvida, os trabalhos com a juventude rural (Entrevistada 2).

Nesse sentido, as vivências relatadas pelas mulheres entrevistadas evidenciaram uma concepção prática e intelectual de agroecologia enquanto luta constante pelo cuidado com o alimento produzido e com o próximo, realizando uma prática agrícola solidária, plural e participativa, a partir de diferentes bandeiras e

movimentos. Na perspectiva das interlocutoras, as mulheres da agroecologia apresentam-se como lideranças nos espaços que ocupam, prezando por uma (con)vivência próxima de suas ancestralidades e da comunidade em que atuam.

Outrossim, os intercâmbios entre diversidade e construção coletiva também foram identificados como aspectos definidores da prática agroecológica das mulheres entrevistadas, incluindo-se as relações com a natureza e a construção do conhecimento, que serão abordadas a seguir.

### **3.2 Troca de Saberes em diálogo: práticas e fundamentos da agroecologia**

Conforme descrito na seção anterior, as mulheres apresentam concepções relacionadas ao cuidado, à ancestralidade e ao respeito à natureza para se referir à agroecologia, assim como compreendem sua lógica vinculada às práticas desenvolvidas no âmbito familiar e/ou coletivo a partir de diferentes vivências e movimentos. Ao abordar a temática da construção do conhecimento agroecológico, é interessante notar alguns aspectos ressaltados pelas mulheres entrevistadas, entre os quais destacamos: diálogo, coletividade e diferenciação em relação à ciência “tradicional”.

Levando em conta o aspecto do diálogo, mais uma vez retoma-se a diversidade de sujeitos e seus saberes no processo de construção do conhecimento e do movimento agroecológico. Embora este caminho não seja livre de conflitos, há de se pensar na perspectiva da horizontalidade, evidenciada nas práticas de educação popular, discutidas e descritas no capítulo anterior. Da mesma forma, destaca-se que este conhecimento se constrói de maneira coletiva a partir de outros “paradigmas” de ciência.

Nas entrevistas, foi possível perceber como a construção do conhecimento acontece através do diálogo, com ênfase na diversidade entre os saberes (Entrevistada 4). Assim também, percebeu-se a ênfase nas diferenças de construção do conhecimento agroecológico em comparação a outros conhecimentos (Entrevistada 1). Em consonância à literatura, é importante destacar que o conhecimento agroecológico é composto de três frentes indissociáveis: prática, ciência e movimento social. Nessa perspectiva, há um rompimento com a ciência

convencional. No discurso das entrevistadas, é ressaltado o fato de a agroecologia ser um conhecimento coletivo que cresce através da autocrítica (Entrevistada 2).

Acho que a construção de conhecimento ela se dá nesse lugar, nesse diálogo entre essas diversidades, esses espaços diferentes, esses saberes que são diferentes. É no embate, na contradição, na complexidade (Entrevistada 4).

Ela quebra o paradigma da ciência normal, da construção do conhecimento, por isso o conhecimento na agroecologia a gente tem o termo construção do conhecimento agroecológico, porque a construção do conhecimento na agroecologia é diferente dos outros conhecimentos (Entrevistada 1).

O conhecimento agroecológico se constrói sempre no coletivo, não tem como eu construir sozinha, só na minha casa e vai ser uma construção que nunca vai ter fim (...) sempre temos os novos superando os mais velhos e os conflitos, principalmente os conflitos né? Porque onde não tem conflitos tem alguma coisa errada também, então é isso que faz a gente se questionar, o que a gente tem feito e formas de melhorar. Só através disso que a gente cresce realmente (Entrevistada 2).

Em um momento posterior, quando perguntadas sobre a Troca de Saberes, as entrevistadas destacam sua importância e significados. Para algumas, especialmente vinculadas à universidade, a Troca de Saberes é definida como a “síntese”, o momento de ebulição do movimento agroecológico na Zona da Mata mineira. Considerada uma festa de luta e resiliência, encontro de povos e saberes brasileiros em um só lugar.

É possível perceber como a Troca e os outros movimentos se misturam à vida das entrevistadas, sendo o lugar do sonhar e tecer costuras de uma “colcha de retalhos” durante todo o ano. A Troca é compreendida como o lugar da “brasilidade”, onde diversos conhecimentos se misturam e os movimentos podem se encontrar e estar visíveis para o público geral. Espaço para as histórias que não se leem em livros, onde a tristeza vira festa. Um ambiente de resistência popular, com muita música, luta e dança. O lugar dos “guardiões da memória” da cultura popular (Entrevistada 4).

Assim, a Troca aparece como lugar de celebração do movimento agroecológico na Zona da Mata, um “grande encontro”, com etapas que tem sua preparação antecipadas. É utilizada a metáfora da casa: um lugar para receber os convidados e festejar as lutas. O lugar do reencontro de pessoas que não se veem há muito tempo e de renovação das ideias para o evento do próximo ano. Em síntese, um espaço essencial para a construção do movimento agroecológico na Zona da Mata mineira (Entrevistada 1).

Eu acho que tudo vai se misturando, o ECOA, a Troca de Saberes, a Licenciatura em Educação do Campo, o meu processo na dança. Então para mim, acaba que vira uma coisa só e a Troca de Saberes enquanto evento é o que congrega tudo. É o que sistematiza, de modo não acadêmico. A gente acaba colocando ali as IAPs, a alimentação, as conversas nos círculos de cultura, os sonhos e por aí afora. É como se fosse a síntese de tudo que a gente faz todos os anos e coloca ali. Para nós que estamos no percurso há muito tempo, nessas costuras, elas vão se aproximando (...) não começa e acaba, ela (a Troca de Saberes) só tem um momento de ebulição. (...) A troca de saberes é esse lugar de ebulição de todas as costuras que nós fomos fazendo durante os anos e durante o próprio ano em si, a gente costura, costura, costura e ali a gente tem a nossa colcha de retalhos. Ela potencializa todos os espaços de todas as lutas, existências, as discussões, as necessidades, as tristezas e as alegrias. Entendendo as amarguras do mundo e finalizando sempre em festa. Entendendo esse lugar do povo brasileiro, do Brasil, que é esse lugar de sofrência, mas de não se deixar cair pela sofrência e se elevar sempre em festa, sempre em luta. (...) Não é a festa que se esquece da sofrência, é a festa da luta, de ganhar força para continuar na luta (...) tanto que as músicas, as danças e tal representam esses lugares e são os lugares de guardar guardiões da memória da cultura popular, eles não nos deixam esquecer a história que é não é oficializada nos livros de história (Entrevistada 4).

A troca de saberes para mim é uma grande festa. Uma festona assim grande festa com a celebração. É uma celebração do movimento Agroecológico da Zona da Mata. É uma culminância de todo um ano de articulações de reuniões, de planejamentos, de execução de projetos, de formação de grupos, de campanhas, de debates. É um grande encontro. A gente prepara o espaço. A gente faz o salão de festa, a gente prepara a comida da festa, a gente manda os convites para os convidados. A gente recebe os convidados na nossa casa e faz a festa. Por mais que a troca de saberes possa ter um caráter formativo ela tem mais um caráter de culminância. Na minha concepção, é uma culminância super importante. Ela dá vazão a várias articulações que vão se desdobrar em outras coisas no próximo ano, né? Pessoas vão se conhecer, pessoas que tem muitos anos que não se veem e vão se reencontrar e vão articular novas coisas, novos projetos, novas ideias, né? É um momento de renovação, renovação de forças, de energia para a luta e para o engajamento. Oxigenação de ideias para projetos, né? É um espaço essencial para a própria articulação do movimento Agroecológico da Zona da Mata (Entrevistada 1).

Para as agricultoras, por sua vez, a Troca de Saberes é um espaço formativo, em que os diferentes conhecimentos são trocados a partir de uma diversidade de participantes, organizações e movimentos. Na perspectiva das entrevistadas, há uma grande troca de conhecimentos durante evento, caracterizando-se como um lugar de aprimorar os conhecimentos (Entrevistada 5). Local em que cada uma leva seu conhecimento para trocar em um momento “super esperado” (Entrevistada 7). Desse modo, a Troca constitui-se, aqui, como um evento formativo que poderia ser levado para outros lugares, como praças e escolas, em vista de seu caráter cidadão (Entrevistada 5).

A minha experiência com a Troca foi muito boa, né? Na Troca você adquire muitos conhecimentos, né? Porque durante a Troca você tem conhecimentos

com várias pessoas, de várias origens, de vários lugares diferentes. A gente troca experiências. Então a Troca é um dos acontecimentos que eu considero mais importante aqui da UFV porque ela te dá essas oportunidades de você adquirir vários outros conhecimentos (Entrevistada 5).

É uma Troca de Saberes porque não importa qual é o saber que você tem, você chega lá e troca, não é? Então, é de fato, uma troca de saberes (...) todo ano eu sempre fico esperando a Troca de Saberes para poder ir para Viçosa (Entrevistada 7).

É um evento muito importante que dá a oportunidade de as pessoas trocarem conhecimento, além de um evento educativo também. As pessoas podem levar muitos destes conhecimentos para as escolas, para a vida. Então a Troca se tornou um evento especial, porque aqueles 3 dias que acontecem são uma verdadeira aula, que é um verdadeiro conhecimento de cidadania e todas as pessoas que passam por ali tiram um conhecimento para a vida (Entrevistada 5).

Outras mulheres entrevistadas sublinharam a Troca de Saberes como um espaço de resistência, especialmente por contrapor, no contexto das disputas internas à UFV, o modelo de produção hegemônico, representado, de forma figurada, pela Semana do Fazendeiro.

Assim, a Troca de Saberes é compreendida como lugar de encontro e espaço de resistência desde a primeira edição do evento, de ocupação e contraposição à Semana do Fazendeiro e ao capitalismo. Local para se evidenciar que as mulheres da agroecologia (r)existem, com tudo que ela envolve: o artesanato, a culinária, a cultura popular (Entrevistada 6). Sob uma perspectiva espiritual, uma das entrevistadas compreende a Troca como um lugar de limpeza espiritual e de abertura de caminhos para outras pessoas que virão. Para fazê-lo, a entrevistada utiliza a imagem do sol: forma de dizer que a Troca tem uma luz própria que aquece a todos e se expande para outros lugares (Entrevistada 8).

A Troca de Saberes para mim, eu costumo dizer para as pessoas, é o encontro dos nossos povos, das nossas raízes. Eu estou na Troca de Saberes desde a primeira Troca de Saberes porque aquilo ali foi um espaço que a gente conseguiu, um espaço de resistência mesmo para a gente estar ali. A Semana do Fazendeiro tem 100 anos e a Troca de Saberes tem 14 anos. Porque a Troca de Saberes é um momento que a gente se encontra para contrapor o capitalismo, porque se chama Semana do Fazendeiro não se chama a Semana da Troca de Saberes. É então, a gente tá lá mesmo por resistência, para mostrar para eles que a gente existe, que as mulheres da agroecologia existem, que as mulheres do artesanato existem, que o pessoal que faz o seu doce existe, que nós temos o nosso povo que são os educadores populares, que cantam, que dançam, que mostram a nossa cultura (Entrevistada 6).

A Troca seria uma forma de limpeza de dentro para fora, tanto faz material, espiritual e agroecologicamente. Porque nós agroecologicamente, nós estamos imprensados, então o que nós estamos fazendo? **Abrindo a roda.**

**Se você abre a roda, a intenção dela é o que? Afinar, afinar até acabar. É como se fosse a luz do sol que brilha infinitamente. A tendência dele, lá perto dele, ele é assim oh... bem robusto, bem abundante, bem forte, bem reluzente, mas o que acaba acontecendo com ela? Ela vai abrindo, ela vai se expandindo e limpando, clareando cada vez mais e assim somos nós na Troca de Saberes, eu comparo assim, que nós estamos ali, o sol está bem quente, bem vermelho, ali pertinho dele, iluminando e reluzente! Mas ele tem que expandir a luz dele, então ele esquenta, aquece todo mundo e vai abrindo sua roda. Então acho que Troca de Saberes é mais ou menos assim, pode ser o sol (Entrevistada 8, grifo nosso).**

Para algumas entrevistadas, a Troca é, igualmente, um lugar de construção das pautas das mulheres, uma vez que as rodas de mulheres presentes no evento contribuem para que elas compartilhem questões e dificuldades do cotidiano, funcionando como espaço de fala e escuta de vivências. Nesse espaço, as mulheres podem “se soltar” e ajudar umas às outras, coisa que frequentemente não conseguem em casa.

Eu gosto de quando tem as rodas de mulheres que a gente ouve o relato de várias mulheres. Às vezes ela nunca falou para ninguém e ela acaba ali se soltando, né? Falando das suas dificuldades, onde ela conta que passou dificuldade ou sofrimento, né? Então eu tive uma experiência nas Trocas, principalmente nessa última, de ter companheiras se expressando, participando (Entrevistada 3).

Todas as edições da Troca de Saberes contam com espaços específicos para a organização das mulheres. Em 2022, ano em que foi realizada a pesquisa, ocorreu a primeira edição presencial após a pandemia de Covid-19, de modo que o evento foi preparado com medidas preventivas, contendo mudanças em relação ao formato das edições anteriores. Os grupos, por exemplo, participaram de apenas um dia da programação oficial. O dia 15 de agosto foi dedicado ao movimento de mulheres, oportunidade em que foram realizadas rodas de conversa sobre o tema, com falas de mulheres vindas de caravanas de diversas regiões da Zona da Mata mineira.

O encontro serviu como espaço para denúncia e nos parece reforçar que, apesar de um movimento diverso e plural, as opressões de gênero permanecem na vida cotidiana das mulheres, reafirmando a pertinência de que “Sem feminismo, não há agroecologia”. Tais pontos serão tratados na seção seguinte.

### **3.3 Desigualdades de gênero e dinâmicas da sobrecarga cotidiana**

Durante o espaço destinado às mulheres na XIII Troca de Saberes, as agricultoras apontaram dificuldades com o trabalho exaustivo em casa e na lavoura, a falta de dinheiro, a violência doméstica no campo e os obstáculos para se alcançar políticas de Estado.

As agricultoras relataram, em suas próprias palavras: “recentemente uma agricultora trabalhou na propriedade (e vendeu para o PNAE) e quem ficou com o dinheiro foi o marido”; “homens acham que as mulheres têm que trabalhar para sustentá-los”; “minha mulher ganhou menino, como eu ganho esse auxílio maternidade?”; “fomos entregar os produtos e não fomos reconhecidas, cadê o proprietário?”; “muitas vezes as mulheres não têm dinheiro para comprar um absorvente”; “tem homem que fala como se estivesse dando esmola”; “homens da família roubando o dinheiro do suor das mulheres”. “Tem que mostrar que elas têm os direitos delas”.

As mulheres ressaltaram o machismo, os problemas para estarem nos sindicatos e exercerem opinião. Destacaram a necessidade da entrada de outras companheiras nos espaços de liderança e a importância da reeducação das crianças a partir de outros paradigmas no âmbito familiar e na sociedade como um todo.

Segundo seus relatos, “mulheres líderes não são vistas da mesma forma”, pois “dentro da sociedade a gente se torna fraca, até os órgãos públicos agem diferente quando veem um homem chegando”. Os “homens fazem tudo com muito mais naturalidade, com liberdade de poder ir e vir”. É preciso “tirar da mente que somos frágeis”.

Tais questões foram igualmente expostas nas entrevistas em referência a diferentes espaços, movimentos e organizações. É ressaltado o machismo na agroecologia e como as mulheres frequentemente sofrem violência financeira. No entanto, ao mesmo tempo, é enfatizado como as mulheres estão se empoderando e vêm aos poucos mudando essa situação de subordinação (Entrevistada 8).

Ainda tem homens que... são as mulheres que trabalham e eles querem receber o dinheiro e aí coitada, ela fica com o trabalho e na hora que ela pede um dinheiro não tem. Tô juntando pra isso, pra aquilo, no entanto foi ela que trabalhou. Mas tem machismo dentro da agroecologia ainda, mas está melhorando porque as mulheres estão ficando empoderadas, elas mesmas fazem os negócios, vendem e guardam o dinheiro delas e as outras que ainda estão deixando o dinheiro passar na mão de marido, elas têm de aprender a passar o dinheiro para a mão delas (Entrevistada 8).

A Entrevistada 5 destaca como ainda existe preconceito de gênero dentro dos movimentos sociais, como nos sindicatos e no movimento negro. Por isso, há núcleos, dentro desse último movimento, compostos exclusivamente por mulheres. Essa configuração institucional demonstra como as mulheres negras estão enfrentando arduamente estes desafios, visto que sofrem, além de machismo, também racismo. A Entrevistada 5, mulher negra, encontrou diversas barreiras, seja nos movimentos sociais, seja no trabalho. O mesmo ocorreu com a Entrevistada 1, quando era estudante.

Dentro do movimento sindical a gente encontra (preconceito), porque o sindicato tem muito mais homens do que mulheres, né? A gente enfrenta, sim, por ser mulher e se posicionar e ir para o embate mesmo. Agora dentro do movimento negro também a gente encontra resistência. Então, por isso que também dentro do próprio movimento negro tem um movimento de mulheres. Pra gente poder garantir nosso espaço, a nossa fala e não ficarmos expostas ao movimento machista. Então a gente tem esses embates todos os dias, principalmente por ser negra também a gente encontra, né? Isso aí, mais dentro do sindicato. Onde as mulheres pretas estão trazendo a sua voz, a sua luta, sua existência. Quando eu cheguei tinha muita resistência das outras mulheres com a minha presença, mas eu mostrei que eu estava lá porque eu acreditava no movimento sindical e estava ali pela mudança e pela luta. Dentro do próprio trabalho também, porque durante muito tempo eu trabalhei como jornalista e produtora, eu encontrei resistência das outras mulheres brancas (Entrevistada 5).

Eu acho que nos espaços principalmente no movimento estudantil eu acho que eu sofri violência simbólica, no sentido da fala, de ter dificuldade de me posicionar nos espaços quando eu era estudante (Entrevistada 1).

Em meio a tais contextos, como ressaltado pela Entrevistada 2, foi possível, através da escuta, se reconhecer na vivência do preconceito sofrido por outras mulheres. Para ela, as “violências invisíveis” acontecem, por exemplo, quando um homem rouba seu tempo de fala. A entrevistada dá ênfase à importância de seu papel de liderança para que outras mulheres possam vir e participar do movimento ao se espelharem em uma companheira ocupando um espaço de poder. Entretanto, ela explica que, quando ocupam estes espaços, as mulheres precisam se esforçar mais do que um homem no mesmo cargo para adquirir respeito dos demais integrantes do movimento (Entrevistada 2). Além disso, quando se trata de uma mulher negra ocupando espaços de poder, ela precisa, ainda, superar o preconceito de outras mulheres, em especial de mulheres brancas (Entrevistada 5).

As dificuldades têm, mas são coisas que acabam sendo invisíveis né, são coisas que a gente às vezes nem percebe na hora, mas quando outra mulher conta a gente percebe que já se viu naquela situação também (...). A questão do tempo de fala já percebi que me cortavam e nas tomadas de decisões, se a gente não opina primeiro, para opinar depois acaba sendo mais difícil (Entrevistada 2).

Eu sei que isso é importante para outras virem também, o papel como liderança mulher no SPG. O trabalho é maior do que se fosse um homem no mesmo espaço, tem que demonstrar que realmente tem capacidade para estar ali (Entrevistada 2).

É interessante notar também que, embora o cuidado tenha se apresentado como um sentido importante na definição de agroecologia das mulheres entrevistadas, o cuidado com “o que se vai falar” ou a sobrecarga das tarefas domésticas também ficaram evidenciados em campo, tanto no espaço da Troca de Saberes como nas entrevistas.

Segundo Lobo, Telles e Hillenkamp (2023, p. 66), o cuidado desempenhado pelas mulheres tem um papel crucial nas economias alternativas, como na agroecológica, uma vez que as “práticas econômicas não mercantis e não monetárias” são desempenhadas particularmente por elas. Entretanto, esse papel do cuidar pode frequentemente excluir as mulheres da vida política, se pensarmos em como opera a divisão sexual do trabalho. Nesse caso, enquanto elas cuidam, eles teriam tempo para participar da vida pública. Em reação a isso, contra a segregação dos espaços, “surgiram grupos auto-organizados, exclusivamente por mulheres no interior dos movimentos”, que pretendem “valorizar a contribuição econômica de mulheres” (Lobo; Telles; Hillekamp, 2023, p. 60).

Esses aspectos são apresentados em mais de um momento das entrevistas, em que é possível identificar como muitas dessas mulheres vivem um cotidiano de sobrecarga de tarefas e a influência física e mental dessa “organização” em suas vidas. Elas dividem seu tempo entre afazeres domésticos, cuidados e cultivo/processamento de alimentos, realizados em longas jornadas.

De igual modo, as falas demonstram a existência de uma pressão para que as mulheres sejam impecáveis e, como dito anteriormente, se esforcem mais do que homens ocupando o mesmo espaço (Entrevistadas 1 e 2). Há um esgotamento físico e mental, pois, além do trabalho doméstico, essas mulheres também se dedicam aos cuidados com a plantação e com os animais (Entrevistada 3). Como dito pela Entrevistada 7, é uma jornada “surreal”, que envolve desde o traslado até o local de trabalho.

A Entrevistada 8 destaca sua rotina com os cuidados da casa, da filha PcD e de outros familiares, chamando a si mesma de mãe “apeana”, o que se refere à presença da filha na APAE, instituição que cuida de pessoas com deficiência na

cidade de Viçosa. Ela ressalta um ponto importante: as mulheres que cuidam precisam ser cuidadas. O que, devido à sobrecarga de trabalho, não ocorre na maioria das vezes.

A Entrevistada 5 também cuidou de familiares e se diz chefe e “arrimo” de família, o que demonstra, mais uma vez, como as mulheres da agroecologia ocupam diferentes frentes, do cuidado do lar às atividades políticas e econômica entendidas como tradicionais:

Eu sinto uma pressão em ter que saber sempre as coisas que têm que ser feitas sem ter me sido apresentada pelas coisas, né? Então eu me sinto pressionada a ter que dar respostas de certeza sobre como as coisas foram feitas. Eu sinto que eu tenho sempre que **cuidar muito** das minhas falas, cuidar muito da forma com que eu faço, abro ou fecho um espaço (Entrevistada 1, grifo nosso).

A gente só descansa quando está passando mal (...), é uma roupa para bater, uma vasilha para lavar, uma casa para arrumar, então acaba que no seu dia você está envolvida com os afazeres na casa, as criações e ainda o serviço na roça (...). Então eu vou dormir pensando no que vou fazer no outro dia, o que eu vou fazer para o café da manhã, o almoço. Então a gente, mulheres da roça, como a gente trabalha na roça, a gente trabalha no dia já pensando no trabalho do outro dia, o que você vai estar fazendo (Entrevistada 3).

Se a gente for pegar uma média diária, a gente tem 8 horas de trabalho comercial. Só que o dia tem 12 horas e a gente trabalha na rua e às vezes muito mais que 12 horas. A gente trabalha 14, 15, 16 horas, tem dias que eu trabalho 16 horas porque, por exemplo, quando eu saio da minha casa para ir trabalhar, eu gasto 4 horas para ir e 4 horas pra voltar e trabalho 8 horas. Aí, se você somar de 8 em 8, tem 16 horas que eu trabalho. Então quer dizer, eu trabalho 12 horas do dia e as outras 6 horas eu tiro da minha hora de descanso. Aí, se você fizer essa somatória, é uma conta meio surreal. Quando eu estou em casa eu trabalho em geral na arrumação da casa umas 3 horas na parte da manhã, umas 3 horas na parte da tarde, umas 6 horas por dia. Quer dizer isso daí é só da casa, fora o meu trabalho que eu faço a sua jornada, ela é ininterrupta e só paro para dormir (Entrevistada 7).

Eu **cuido** da casa, da minha filha que é especial, eu **cuido** da minha neta, estou tocando o barracão sozinha eu e Deus, também tem as doações, mas a frente forte é minha, porque eu que sou dona do barracão. (...) A dona de casa, principalmente as mães especiais, as mães 'apaeanas' trabalham 24 horas por dia. E aí no caso ali a gente tem que ficar muito esperta porque a gente trabalha as pessoas, mas a gente também tem que trabalhar a saúde mental da gente que **cuida** (Entrevistada 8, grifo nosso).

Eu **cuido** do meu filho. Eu **cuido** do meu irmão. Meu irmão tem problema de saúde, eu **cuido** dele. E eu sou chefe de família, né? E **cuidei** da minha mãe desde muito tempo, porque ela ficou doente. Ela faleceu o ano passado, mas eu **cuidei** muito e eu continuo chefe de família, **cuido** da minha irmã. Eu sou mulher chefe de família. Sou arrimo de família (Entrevistada 5, grifo nosso).

Outro ponto importante destacado nas entrevistas pode ser sintetizado sob uma perspectiva interseccional. Ou seja, como questões de raça, classe e deficiência

são tratadas na agroecologia? Para a Entrevistada 6, é preciso que a agroecologia e outros movimentos sociais tenham um olhar diferente para as mulheres negras e deficientes, visto que são importantes marcadores sociais, levando a discussão sobre interseccionalidade a diferentes espaços.

Eu costumo dizer para as pessoas que eu tenho tudo que a sociedade não quer. Sou mulher negra, periférica, deficiente e a minha escolaridade não é alta (...) A gente ainda não está discutindo essa interação do que é gênero, raça ou o que que a pessoa com deficiência, o que que é uma mulher negra na periferia e o que é que é uma mulher negra em outros espaços. Então acho que a gente precisa estar discutindo isso. As formações que a gente tem são muito poucas, porque, na verdade, o racismo é institucional e ele é no dia a dia. A gente que é negra, que é mulher, deficiente, a gente precisa estar preparada para quebrar essas barreiras. A gente precisa que as pessoas que militam na agroecologia, na economia solidária, na segurança alimentar, entendam também um pouco do que é ser negro, que é ser deficiente (Entrevistada 6).

Segundo Hirata (2014, p. 61), marcadores como gênero, raça e classe são indissociáveis da construção de um conhecimento situado e de uma perspectiva feminista de ciência, uma vez que, ao levarmos em conta o lugar e a visão de mundo de quem produz conhecimento,

[...] a ideia de um ponto de vista próprio à experiência e ao lugar que as mulheres ocupam cede lugar à ideia de um ponto de vista próprio à experiência da conjunção das relações de poder de sexo, de raça, de classe, o que torna ainda mais complexa a noção mesma de “conhecimento situado”, pois a posição de poder nas relações de classe e de sexo, ou nas relações de raça e de sexo, por exemplo, podem ser dissimétricas.

A interseccionalidade é uma categoria analítica desenvolvida pela feminista negra Kimberlé Crenshaw, podendo ser definida como uma complexa rede de imbricação de marcadores identitários, sem hierarquização, que definem a produção e a reprodução de opressões sociais de todos os tipos, a exemplo do sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, religião, geração, regionalidade, deficiência e orientação sexual (Hirata, 2014). Sendo assim, compreende-se que o argumento “central parte da necessidade de reconhecimento da existência de múltiplas discriminações que operam ao mesmo tempo e de que múltiplas identidades coexistem dentro dos grupos” (Garcia, 2022, p. 108).

Assim, compreende-se que as matrizes de opressão agem em um processo de “simbiose”, pois cada marcador social está ligado a outro e estes se reforçam mutuamente (Sardenberg, 2015). É desse modo que, segundo Sardenberg (2015), os

marcadores sociais não são autônomos, ou seja, fazem parte de uma rede de opressões que se retroalimentam e necessitam umas das outras para (co)existir.

Complementares à interseccionalidade, os conceitos de posicionalidade e consubstancialidade são elementos de análise que ancoram este primeiro. De acordo com Sardenberg (2015), a posicionalidade diz respeito à vulnerabilidade que atinge o indivíduo em seu cotidiano, podendo variar o nível de acordo com cada situação e sofrer mudanças durante a trajetória de vida da pessoa, uma vez que nossas histórias e identidades não são fixas. Assim, “o lugar específico que cada uma de nós ocupa em relação ao centro ou margem, ou seja, a nossa posicionalidade é determinada por nossas identidades – que são necessariamente interseccionadas” (Sardenberg, 2015, p. 79).

A consubstancialidade, por sua vez, pode ser compreendida, segundo Kergoat (2010, p. 100), como a análise sociológica das relações sociais e, diferentemente do uso *mainstream* do conceito de interseccionalidade, “não se trata de fazer um tour de todas as relações sociais envolvidas, uma a uma, mas de enxergar os entrecruzamentos e as interpenetrações” que perfazem “um ‘nó’ no seio de uma individualidade ou um grupo”.

Como exemplo, ao compreender a categoria “mulher”, percebe-se que essa categoria não é universalizante, de modo ser importante ampliar o olhar para as muitas realidades, com experiências e contextos de sujeitos diferentes, uma vez que as mulheres estão condicionadas por variados marcadores sociais e o ambiente doméstico foi historicamente construído sob bases de dominação (Hirata, 2014).

Segundo Kergoat (2010), essa ampliação na definição da categoria “mulher” e a aceitação da sua heterogeneidade foi uma das grandes contribuições do feminismo negro e dos estudos pós-coloniais ao(s) feminismo(s). Dessa maneira, ao explorar “como as mulheres de cor lidaram com o desafio de seu próprio empoderamento demonstra diferentes padrões de como raça/classe/gênero/sexualidade foram negociadas no contexto político dos movimentos sociais” (Collins, 2017, p. 9).

No entanto, é preciso ter cuidado ao mobilizar os marcadores e categorias sociais interseccionados, especialmente no modo como esse modelo de análise pode ser aplicado para não atrapalhar o exercício de enxergar a estrutura, o “nó” que dá forma às relações sociais (Kergoat, 2010; Hirata, 2014).

Em termos analíticos, pode-se utilizar a metáfora dos caleidoscópios de gênero, uma vez que, dentro da configuração do caleidoscópio, o gênero é apenas um dos múltiplos prismas que dão origem aos mosaicos: as disposições e as formas sociais que estruturam a sociedade (Sardenberg, 2015). Assim, ao compreender que há níveis macro e microestruturais de opressão,

[...] analiticamente poderíamos começar tanto com as pessoas e suas vivências, ou seja, com mulheres em situações sociais ou posicionalidades específicas, definidas pelas intersecções dos marcadores de diferenciação em um determinado contexto, quanto pela estruturação dos sistemas de opressão que ali se imbricam e põem em marcha os processos de racialização, sexualização, etc., que irão demarcar as vivências (Sardenberg, 2015, p. 86).

Em outro sentido, através de outras falas das participantes das rodas de conversa de 15 de agosto, percebe-se que muitas mulheres relatam “esquecer” os problemas de casa e levar coisas boas (em encontros como a Troca de Saberes) da(s) luta(s) para se alcançar independência financeira e emocional do marido e de suas vivências de “ser mulher”, em que se precisa ter “jogo de cintura” para lidar com as situações do cotidiano.

A importância da participação nos movimentos, coletivos e associações foram apontadas como forma de buscar força e se reconhecer: “não é ajudinha ao esposo, é trabalho!”; “nós vamos encontrar dificuldades em todos os caminhos”; “sou muito independente, com o rompimento da barragem fiquei sendo liderança”; “moro eu e meus dois filhos e não dependo de homem para nada”.

Nesse contexto, para luta e empoderamento das mulheres agricultoras, um instrumento muito citado na Troca de Saberes é a Caderneta Agroecológica, um meio “pedagógico utilizado para sistematizar a produção protagonizada pelas agricultoras agroecológicas e assim dar visibilidade aos seus trabalhos, valorizando monetária e não monetariamente” (Jalil; Silva; Oliveira, 2019, p. 106). A Caderneta Agroecológica foi criada pelo CTA-ZN e pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da ANA, sendo um instrumento acessível e em que podem ser registrados trabalhos monetários e não monetários realizados pelas agricultoras agroecológicas (Jalil; Silva; Oliveira, 2019).

Por meio da Caderneta Agroecológica, as mulheres podem quantificar sua produção cotidiana de alimentos, como aquelas realizadas em suas cozinhas e quintais, identificando quais itens são comercializados, trocados, doados ou consumidos. Através dessa ferramenta também é facilitada a “elaboração e conquista

de políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres rurais” (Jalil; Silva; Oliveira, 2019, p. 107), por isso a importância da divulgação da Caderneta nos espaços compostos por essas mulheres.

Ao final das rodas de conversa, as mulheres dançaram e cantaram em círculo, em um momento de acolhimento e festejo coletivo por estarem juntas, terem aquele espaço e poderem se ajudar (Figura 17).

Figura 17 - Roda de conversa das mulheres na XIII Troca de Saberes.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2022.

Desse modo, pode-se perceber que, apesar das adversidades impostas pelo patriarcado e dos marcadores sociais interseccionados, como raça e gênero, as mulheres construíram diferentes graus de independência financeira em relação aos maridos (e aos homens da família) e alcançaram realizações pessoais e profissionais nos espaços ocupados por elas.

No entanto, ainda persistem preconceitos e resistências à participação delas nos espaços públicos, principalmente quando tentam ultrapassar as dificuldades impostas pelo gênero e ocupam lugares de liderança. Assim, ao dar enfoque no conteúdo de gênero, como feito por Sardenberg (2015), reconhece-se, por um lado, que “nem tudo é uma questão de gênero”, mas que, por outro lado, trata-se de um

marcador social fundamental, principalmente quando sua análise é associada (como discutido e demonstrado ao longo deste capítulo) a outros condicionantes sociais como raça, classe e deficiência.

Diante do exposto, percebe-se que as mulheres estão cotidianamente envolvidas em atividades de proximidade, como trabalhos domésticos não-remunerados e altruístas, sendo este tipo de “engajamento social” uma manifestação dos padrões sociais de gênero e da divisão sexual do trabalho (Guérin, 2005). Uma vez que atividades como o cuidado “tem sido associado às atividades essenciais para satisfazer as necessidades básicas da existência e reprodução das pessoas” (Enríquez, 2017, p. 144, tradução nossa<sup>16</sup>), sabe-se como os trabalhos “invisíveis” realizados pelas mulheres são importantes para a economia e para a sociedade. Nesse sentido, como exposto pela literatura e pelas falas de diferentes mulheres participantes da Troca de Saberes, a estratificação econômica e a vulnerabilização dos direitos e das redes de cuidado põem no centro preocupações sobre aquelas que amparam a sustentabilidade da vida (Enríquez, 2017).

Segundo Herrero (2017), as economias feministas, ecológicas e do cuidado são essenciais na visibilidade de processos cruciais para a sobrevivência humana, como a “ecodependência” (interdependência com a natureza) e os trabalhos de reprodução das mulheres, tão necessários à regeneração da vida. Assim, admitindo os limites ecológicos e sociais de um tipo de produção que pensa apenas nos benefícios econômicos e estão baseados em princípios “biocidas” e androcêntricos, busca-se por “novas formas de socialização, organização social e econômica que permitam se livrar de um modelo de desenvolvimento que prioriza os benefícios monetários à manutenção da vida” (Herrero, 2017, p. 135, tradução nossa<sup>17</sup>).

Destaca-se que entre os séculos XV e XVIII, a divisão sexual do trabalho foi uma marca da expansão do capitalismo comercial, contexto em que as mulheres estiveram, majoritariamente, subordinadas às atividades domésticas e ao “trabalho reprodutivo”. Essas e várias outras funções que desempenhavam não eram reconhecidas como trabalho (Federici, 2019). Durante o capitalismo industrial, a partir

---

<sup>16</sup> No original: “la noción de cuidado se ha asociado a las actividades indispensables para satisfacer las necesidades básicas de la existencia y reproducción de las personas, brindándoles los elementos físicos y simbólicos que les permiten vivir en sociedad”.

<sup>17</sup> No original: “Se trata de buscar nuevas formas de socialización, de organización social y económica que permitan librarse de un modelo de desarrollo que prioriza los beneficios monetarios sobre el mantenimiento de la vida”.

dos séculos XVIII e XIX, as contribuições econômicas das mulheres na esfera pública de produção ocorreram com mais ênfase, mas foram apenas parcialmente visibilizadas. A reprodução do trabalho na esfera privada, por seu turno, continuou sendo ocultada (Federici, 2019).

Segundo Shiva (2017), a economia patriarcal exclui o trabalho feminino, como aquele desempenhado na alimentação e na agricultura, construindo o que a autora chama de “monocultivos da mente” e da terra e negando os saberes da agroecologia construídos pelas mulheres. Assim, a construção de “outras economias” (feminista, solidária, (agro)ecológica, campesina, do cuidado) está associada à “reprodução da vida”, contrapondo-se à “reprodução do capital”, em um processo de valorização das epistemologias e saberes decoloniais, particularmente levando em consideração as práticas econômicas das mulheres que disputam a narrativa ocidental (Cunha, 2017).

Para essas mulheres, o engajamento no movimento agroecológico e a definição do que seria a agroecologia se relacionam com a vivência e a prática do “cuidar”, pois são elas as principais responsáveis pelos cuidados com os alimentos e com as pessoas, preocupando-se, assim, com a qualidade e a quantidade consumidos por suas famílias (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019; Siliprandi, 2007; Bezerra *et al.*, 2019).

Como exposto anteriormente, em diálogo com as mulheres entrevistadas, este processo do cuidado acontece de forma interrelacional e não há uma separação linear entre as experiências dos âmbitos público e privado das mulheres, configurando uma realidade de trabalho, em muitos casos, ininterruptos. Nesse sentido, a realidade do cuidado transcende o exercício da vida privada das entrevistadas, sendo também uma forma de ocupar os diferentes espaços de militância e atuação público-política, transpassando essa realidade para o entendimento do que seria a própria definição de agroecologia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização do trabalho, foi possível identificar como as mulheres compreendem e contribuem para a construção da agroecologia na Zona da Mata mineira a partir da Troca de Saberes. A Troca foi fundamentada como um local de construção agroecológica e da pesquisa participante, apresentando-se como a ‘síntese’, o momento de ‘ebulição’ do movimento agroecológico na Zona da Mata mineira. Espaço que se mistura com a vida das entrevistadas e privilegia a construção do conhecimento agroecológico.

Assim, durante a realização da pesquisa participante e das entrevistas, a Troca de Saberes foi compreendida como local de acolhimento, pertencimento e preservação das ancestralidades e das identidades das mulheres. Uma representação em menor escala de como “o mundo poderia ser”. Como poderiam ser as agriculturas, as economias e o bem-viver. Como abordado pelas entrevistadas, a Troca seria um “exemplo”, lugar onde o desenvolvimento ambiental está atrelado ao desenvolvimento social. Constituindo-se como lugar essencial para a construção do movimento agroecológico na Zona da Mata mineira, a Troca é um espaço contra hegemônico de luta e resistência. A pesquisa evidencia, nesse sentido, a importância da Troca de Saberes para as mulheres e para o movimento agroecológico.

Além disto, foi possível visualizar a relevância de uma ciência agroecológica feminista que desafia o capitalismo e o patriarcado. Uma ciência que desafia o “saber convencional” e é responsável pela construção do conhecimento e dos feminismos na agroecologia. Uma vez que a dominação da natureza é paralela à dominação da mulher, vimos como as mulheres do movimento agroecológico resistem à colonialidade em sua luta diária, em um movimento que passa pelo cuidado em sua totalidade.

Assim também, compreende-se a forma como as mulheres contribuem para o desenvolvimento da agroecologia enquanto campo do conhecimento, movimento e prática social. Um movimento que faz frente à Revolução Verde e que surgiu no seio de movimentos ambientalistas e de agricultura natural, associando-se à elaboração e à construção do conceito de Sistemas Agroalimentares e sua dimensão política frente ao sistema alimentar convencional.

Respondendo à pergunta deste trabalho, *onde estão e quais são os lugares ocupados pelas mulheres da agroecologia que participam da Troca de Saberes*, vislumbra-se que elas estão construindo espaços decoloniais como a Troca de Saberes e assim, fazendo possível a realização de uma ciência agroecológica feminista. Neste sentido, é possível dizer que elas são em si a agroecologia, pois constroem uma resistência subalterna ao processo de colonização, compreendida como decolonialidade. Assim, as mulheres contestam a ciência convencional e fazem o (im)possível para a construção de um conhecimento agroecológico solidário, feminista e decolonial.

Tipo de conhecimento emancipatório, integrado à realidade e, como demonstrado, nascido no seio da Educação Popular, das CEBs e dos movimentos populares, evidenciando, assim, que a agroecologia se constrói através de um processo pedagógico. Essa integração de pensamentos e movimentos possibilita a realização de eventos como a Troca de Saberes, que une conhecimentos populares e acadêmicos.

Nessa mesma chave de leitura, foi demonstrado como ocorrem as opressões de gênero e as contradições do cuidado, uma vez que as mulheres superam a pressão por ser mulher nos movimentos que ocupam. Foram evidenciadas a importância do cuidado e da ancestralidade para a preservação do saber agroecológico. O cuidado e a reprodução do trabalho desempenhados pelas mulheres foram identificados como aspectos fundamentais na construção da práxis e dos conhecimentos agroecológicos. As mulheres se dedicam aos afazeres domésticos, ao cuidado com os alimentos e com os filhos e/ou parentes adoecidos, ao trabalho “fora de casa” e aos movimentos sociais em que fazem parte. A agroecologia, a partir da perspectiva das mulheres entrevistadas, é experienciada principalmente pelas práticas de cuidado e de observação do meio ambiente, sendo, ambos os aspectos, indissociáveis do cotidiano de trabalho das mulheres dentro e fora de casa.

O engajamento na agroecologia faz parte das trajetórias pessoais e profissionais das entrevistadas, desde a agricultura familiar de base agroecológica à educação popular em escolas, coletivos e universidades, passando por trabalhos com ervas medicinais, saúde, espiritualidade, artesanato e artes/cultura popular. Os movimentos sociais são igualmente importantes na vida das mulheres e no fortalecimento da sua entrada e participação na agroecologia. Coexiste, na vida

destas mulheres, um empenho contínuo em três âmbitos interrelacionais: pessoal, profissional e ativista.

A construção do conhecimento agroecológico vivenciado pelas mulheres que participam da Troca de Saberes abrange uma pluralidade de conhecimentos, corpos e organizações sociais que trazem consigo relações baseadas na reprodução da vida, na ancestralidade e, conseqüentemente, na decolonialidade do saber. As experiências femininas, e também feministas, compõem as estruturas e a epistemologia da agroecologia, encontrando-se sempre em movimento. “Sem feminismos, não há agroecologia”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Jórisa Danilla Nascimento. Teoria pós-colonial, estudos subalternos e América Latina: uma guinada epistemológica? **Estudos de sociologia**, v. 21, n. 41, p. 273-289, 2016.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista nera**, n. 16, p. 22-32, 2012.

ALTIERI, Miguel A.; LETOURNEAU, Deborah K.; DAVIS, James R. Developing sustainable agroecosystems. **BioScience**, v. 33, n. 1, p. 45-49, 1983.

ALTIERI, Miguel A.; NICHOLLS, Clara Inés. Do modelo agroquímico à agroecologia: a busca por sistemas alimentares saudáveis e resilientes em tempos de COVID-19. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 57, p. 245-257, 2021.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, v. 43, p. 13-56, 2014.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. O movimento agroecológico como espaço de educação. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n. 100, p. 27-38, 2009.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

BALLESTRIN, Luciana. Feminismo de(s)colonial como feminismo subalterno Latino-Americano. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, p. e75304, 2020.

BARBOSA, Sara et al. Quem educa a quem? A Troca de Saberes em Viçosa. **Cadernos de Agroecologia**, v. 12, n. 1, 2017.

BARBOSA, Lia Pinheiro; ROSSET, Peter Michael. Educação do campo e pedagogia camponesa agroecológica na América Latina: aportes da La Via Campesina e da CLOC. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 705-724, 2017.

BARCELLOS, M. D. As contribuições da agricultura e da alimentação para a Agenda 2030. In: **Sistemas Alimentares no Século XXI**: debates contemporâneos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 149-176, 2020.

BERNARDO, Augusto Sérgio dos Santos de São. A lenda e a lei: A ancestralidade afro-brasileira como fonte epistemológica e como conceito ético-jurídico normativo. **ODEERE**, v. 3, n. 6, p. 226-250, 2018.

BEZERRA, Antonia Geane Costa *et al.* Mulheres, gênero e agroecologia na feira de agricultura familiar de São José de Mipibu. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 2, n. 15, p. 66-97, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida: Ideias e Letras, p. 21-54, 2006.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e meio ambiente**, n. 6. p. 11-28, 2002.

BRASIL. Decreto Nº 11.363, de 1º de janeiro de 2023. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria-Geral da Presidência da República e remaneja cargos em comissão e funções de confiança**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023.

BRASIL. Decreto Nº 9.784, de 7 de maio de 2019. **Declara a revogação, para fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e no art. 9º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, de decretos normativos**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2019.

BRASIL. Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012.

BRASIL. Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003.

BURIGO, André Campos; PORTO, Marcelo Firpo. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de sindemia: da vulnerabilização à transformação necessária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4411-4424, 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CACHADO, Rita. Diário de campo. Um primo diferente na família das ciências sociais. **Sociologia & Antropologia**, v. 11, p. 551-572, 2021.

CAMARGO, Clara Ribeiro. **Mulheres e agroecologia no município de São Paulo: um estudo sobre cuidado e política**. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

CARDOSO, Elisabeth Maria; JALIL, Laeticia Medeiros; DE SOUZA MOREIRA, Sarah Luiza. As mulheres na construção do conhecimento agroecológico. **Cadernos de Agroecologia**, v. 16, n. 1, 2021.

CARDOSO, Irene Maria *et al.* Prefácio Edição Especial. Núcleos de Agroecologia: tecendo redes de solidariedade, diversidade e resistência. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 13, n. esp., p. 3-7, 2018.

CARON, Patrick *et al.* Sistemas alimentares para o desenvolvimento sustentável: propostas para uma profunda transformação em quatro partes. In: **Sistemas alimentares no século 21**: debates contemporâneos. Porto Alegre: UFRGS, p. 25-49, 2020.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 9, n. 19, p. 283-302, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

COSTA, Cláudia de Lima. Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber. **Portuguese cultural studies**, v. 4, n. 1, p. 41-65, 2012.

COSTA, Maria da Graça; DIMENSTEIN, Magda; LEITE, Jáder. Narrativas e feminismos em disputa na construção do conhecimento agroecológico no Brasil. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 15, n. 4, p. 1-13, 2020.

CUNHA, Teresa. O Xitique Delas e as iniciativas econômicas de mulheres em Moçambique. In: **Solidariedade e ação coletiva**: trajetórias e experiências. São Leopoldo: Ed. Unisinos, p. 89-107, 2017.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

DUTRA, Rodrigo Marciel Soares; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Cerrado, revolução verde e evolução do consumo de agrotóxicos. **Sociedade & Natureza**, v. 29, p. 473-488, 2022.

EMBRAPA. **Mapa, Embrapa e IBGE apresentam os dados sobre mulheres rurais**. Brasília, 16 de março de 2020.

ENRÍQUEZ, C. R. Economía del cuidado y desigualdad en América latina: avances recientes y desafíos pendientes. In: **Economía feminista**: desafios, propuestas, alianzas. Barcelona: Entrepueblos/Entrepobles/Entrepobos/Herriarte, p. 143-166, 2017.

FAO: trabalho das mulheres rurais é essencial para a segurança alimentar no mundo. **Nações Unidas Brasil**, Brasília, 16 de outubro de 2018.

FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: **Estatísticas rurais e a economia feminista**: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Brasília: MDA, p. 11-28, 2009.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpos e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEITOSA, Cíntya; YAMAOKA, Marina. Strengthening climate resilience and women's

networks: Brazilian inspiration from agroecology, **Gender & Development**, v. 28, n. 3, p. 459-478, 2020.

FERRARA, Jessica Antunes; CARRIZO, Silvina Liliana. Caminhos para um feminismo decolonial. **Cadernos Pagu**, v. 62, p. e216229, 2021.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; PIRES, Liliana Mari Lino; GOMES, Romonildes Alves. Mulheres agricultoras e sistemas agroalimentares pautados na agroecologia: vozes e inspirações do Sertão do Pajeú. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 41, n. 2, p. 280-300, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GARCIA, Amanda Kovalczuk de Oliveira. Interseccionalidade ou consubstancialidade. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 10, n. 18, p. 103-129, 2022.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GLIESSMAN, Stephen R.; GARCIA, R. E.; AMADOR, M. A. The ecological basis for the application of traditional agricultural technology in the management of tropical agroecosystems. **Agro-ecosystems**, v. 7, n. 3, p. 173-185, 1981.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRUPIONI, Christina Maria de Freitas; BARBOSA, Willer Araujo. Gramado-escola na "Troca de saberes/UFV": aldeia de bambu e ressurgência Puri. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 181-192, 2018.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HERRERO, Yayo. Economía ecológica y economía feminista: un diálogo necesario. In: **Economía feminista**: desafios, propuestas, alianzas. Barcelona: Entrepueblos/Entrepobles/Entrepobos/Herriarte, p. 121-142, 2017.

HILLENKAMP, Isabelle. As Outras Economias à Luz do Gênero. **Otra Economía**, v. 12, n. 22, p. 80-90, 2019a.

HILLENKAMP, Isabelle. ¿Cultivar su autonomía? La agroecología de las agricultoras brasileñas. **Revista de Antropología Social**, v. 28, n. 2, p. 297-322, 2019b.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

JALIL, Laeticia; SILVA, Luana Cristine; OLIVEIRA, Jannah. Caderneta agroecológica: a contribuição das mulheres para a soberania e segurança alimentar e conservação da agrobiodiversidade. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, v. 2, n. 15, p. 98-125, 2019.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos CEBRAP**, n. 86, p. 93-103, 2010.

KROEF, Renata Fischer da Silveira; GAVILLON, Póti Quartiero; RAMM, Laís Vargas. Diário de Campo e a Relação do (a) Pesquisador (a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 464-480, 2020.

LAMAS, Isabella *et al.* Horizontes Ecofeministas. **Ambiente & Sociedade**, v. 24, p. 1-14, 2021.

LARA, Lívia Mara de Oliveira. **Troca de Saberes: pistas metodológicas**. 1. ed., Viçosa: UFV, 2023.

LARANJEIRA, Nina Paula; DE SOUZA BARBOSA, César Adriano. A pesquisa participante e a construção do protagonismo camponês na transição agroecológica: o caso do assentamento Sílvia Rodrigues, Goiás, Brasil. **Agroecología**, v. 13, n. 1, p. 47-56, 2018.

LARANJEIRA, Nina Paula *et al.* Para uma ecologia de saberes: trajetória da construção do conhecimento agroecológico na Associação Brasileira de Agroecologia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 14, n 2 esp., p. 65-79, 2019.

LOBO, Natália Santos; TELLES, Liliam; HILLENKAMP, Isabelle. Economias Alternativas, Ultraliberalismo e Pandemia: Mulheres na Agroecologia no Brasil. **Sociologia on line**, n. 31, p. 59-75, 2023.

LOPES, Leandro Souza *et al.* Troca de saberes: vivenciando metodologias participativas para a construção dos saberes agroecológicos. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, 2013.

LUGONES, María. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, María. Hacia un feminismo descolonial. **La manzana de la discordia**, v. 6, n. 2, p. 105-119, 2011.

MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço; SEVERO, Cristine Gorski. Sexismo e políticas linguísticas de gênero. **Sociolinguística e Política Linguística: Olhares Contemporâneos**, v. 1, p. 245-260, 2016.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

MATTOS, Izabel Missagia de; FERNANDEZ, Annelise. Saúde, ambiente, ancestralidade: uma experiência de extensão universitária em agroecologia. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 22, n. 1, p. 96-108, 2024.

MELLO, Dario Fernando Milanez de. **Agroecologia e educação: ações pedagógicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, n. 94, p. e329402, 2017.

MINAS GERAIS. Lei N° 23.207, de 27 de dezembro de 2018. **Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na região da Zona da Mata**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2018.

MOHANTY, Chandra Talpade. "Under western eyes" revisited: Feminist solidarity through anticapitalist struggles. **Signs: Journal of Women in culture and Society**, v. 28, n. 2, p. 499-535, 2003.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. In: **Colonial discourse and post-colonial theory**. Routledge, p. 196-220, 2015.

NAVES, Flávia; FONTOURA, Yuna. Feminist resistance building in the Brazilian agroecology movement: A gender decoloniality study. **Gender, Work & Organization**, v. 29, n. 2, p. 408-426, 2022.

NORONHA, Cejana Uiara Assis. Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 22, n. 2, p. 185-191, 2012.

OLIVEIRA, Leonardo Barbosa; MENDONÇA, Maria Alice Fernandes Corrêa; MAGNO, Lucas. A territorialização do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica da Zona da Mata de Minas Gerais. **Cuadernos de Educación y Desarrollo-QUALIS A4**, v. 17, n. 11, 2025.

OLIVEIRA, Renata Evangelina de; VASCONCELOS, Valéria Oliveira de. Diálogos entre agroecologia e educação popular: práxis e extensão. **Revista ELO – Diálogos em Extensão**, v. 5, n. 1, p. 34-39, 2016.

PAULA, Natália Ferreira de; BEZERRA, Islandia; PAULA, Nilson Maciel. Saúde coletiva e agroecologia: necessárias conexões para materializar sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis. **Saúde em Debate**, v. 46, p. 262-276, 2022.

PAULINO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta? **Política & Sociedade**, Florianópolis, Vol. 15, Ed. Esp., p. 296-316, 2016.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 2, p. 1-11, 2008.

PEREIRA, Dulcinéia de Fátima Ferreira; PEREIRA, Eduardo Tadeu. Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 10, n. 40, p. 72-89, 2010.

PETRI, Mariana; FONSECA, Alexandre Brasil. Interfaces entre Agroecologia e Educação no Brasil: um panorama inicial das publicações científicas. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PREISS, Potira Viegas; SCHNEIDER, Sergio; SOUZA, Gabriela Coelho de. **A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of power, ethnocentrism, and Latin America. **Nepantla**, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos avançados**, v. 19, p. 9-31, 2005.

REIS, Marina de Oliveira. O pacto narcísico da casa-grande: a representação das mulheres negras a partir de Lélia Gonzalez e Gilberto Freyre. **Humanidades em diálogo**, v. 9, p. 93-101, 2019.

SANTOS, Antonio Nacílio *et al.* Epistemologia do Sul, pós-colonialismo e descolonialidade: explorando afinidades e divergências sob o olhar de Boaventura de Sousa Santos. **Caderno Pedagógico**, v. 21, n. 10, p. 1-30, 2024.

SARDENBERG, Cecilia. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Universidade Estadual de Londrina – UEL, Paraná, v. 20, p. 56-96, 2015.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência**. Bauru: Edusc, p. 32, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecol. e Desenvol. Rural Sustent**,

v. 3, p. 18-28, 2002.

SEVILLA-GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural**, vol.2, n.1, p. 35-45, 2001.

SHIVA, Vandana. **Quién alimenta el mundo**: el fracaso de la agricultura industrial y la promesa de la agroecología. Madrid: Capitan Swing, 2016.

SILIPRANDI, Emma. Agroecologia, agricultura familiar e mulheres rurais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, 2007.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2009.

SILIPRANDI, Emma. A alimentação como um tema político das mulheres. **Mnemonise Revista**, v. 4, p. 98-109, 2013.

SILVA, Fernanda Fernandes da. **Trocando saberes e construindo conhecimentos**: a participação de estudantes da EFA Paulo Freire na Troca de Saberes. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.

SILVA, Flávia Regina Fernandes. Gênero, agroecologia e economia solidária: estudo de caso do grupo de mulheres do Acampamento Recanto da Natureza em Laranjeiras do Sul-PR. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 39, p. 114-132, 2016.

SILVA, Marcio Gomes da. Educação popular e experiências educativas em Agroecologia. **Revista de Educação Popular**, v. 21, n. 1, p. 265-285, 2022.

SILVA, Marcio Gomes da. **Pedagogia do Movimento Agroecológico**: fundamentos teórico-metodológicos. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

SOUZA, Jéssica Oliveira; SANTOS, Cleberton Correia. Construção e resgate do saber sobre a agroecologia através de metodologias de intervenção no processo pedagógico. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 11, n. 2, p. 16-18, 2016.

SOUZA, Maria Regina de Miranda *et al.* Instalação artístico pedagógica como instrumento de construção do conhecimento sobre Plantas Alimentícias Não Convencionais, PANC. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 16, n. 2, p. 189-198, 2021.

STAMATO, Beatriz; MOREIRA, Rodrigo Machado. Metodologias Participativas em Agroecologia: redes, processos e estratégias rumo a uma Pedagogia do Alimento. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 22, n. 2, p. 152-173, 2017.

TATINI, Martha Christina; TATINI, Rebecca. Agroecologia e ancestralidade: a cosmovisão africana e sua conexão com os saberes agroecológicos. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

TOLEDO, Víctor; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

TONÁ, Nilciney; GUHUR, Dominique Michèle Periotto. O diálogo de saberes, na promoção da agroecologia na base dos movimentos sociais populares. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, 2009.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

VATTATHARA, S. D.; ZARNOTT, A. V. Mulheres quilombolas e a luta pelo reconhecimento. **XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**, São Cristóvão, 2019.

VEIGA, Ana Maria. Uma virada epistêmica feminista (negra): conceitos e debates. **Revista Tempo e Argumento**, v. 12, n. 29, p. e0101, 2020.

VILAR, J. P. *et al.* Os caminhos da Agroecologia no Brasil. In: GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. de (Ed.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília, DF: Embrapa, p. 36-72, 2013.

VILLAR, Juliana Padula *et al.* Troca de saberes—construindo diálogos entre conhecimento científico e saber popular. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, p. 1-6, 2011.

WEZEL, Alexander *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for sustainable development**, v. 29, p. 503-515, 2009.

WEZEL, Alexander; SOLDAT, Virginie. A quantitative and qualitative historical analysis of the scientific discipline of agroecology. **International journal of agricultural sustainability**, v. 7, n. 1, p. 3-18, 2009.

YIN, Robert K. O que é pesquisa qualitativa – e por que você cogitaria fazer este tipo de pesquisa. In: **Pesquisa Qualitativa do início ao fim**. Tradução: Daniel Bueno; revisão técnica: Dirceu da Silva, Porto Alegre: Penso, p. 3-21, 2016.

ZAREMBA, Haley *et al.* Toward a Feminist Agroecology. **Sustainability**, v. 13, n. 20, p. 11244, 2021.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, p. 10-31, 2021.

## APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas semiestruturado

### Seção A: Dados pessoais

Nome completo:

Naturalidade:

Endereço/residência atual:

Gênero:

Orientação sexual:

Idade:

Raça e/ou etnia:

Formação escolar:

1. Não tenho formação escolar ()
  2. Ensino Fundamental incompleto ()
  3. Ensino Fundamental completo ()
  4. Ensino Médio incompleto ()
  5. Ensino Médio completo ()
  6. Ensino superior incompleto () Em qual área? \_\_\_\_\_
  7. Ensino superior completo () Em qual área? \_\_\_\_\_
  8. Pós-graduação *lato sensu* () Em qual área? \_\_\_\_\_
  9. Pós-graduação *strictu sensu* () Em qual área? \_\_\_\_\_
- Mestrado () Doutorado () Pós-doutorado ()

Estado civil: solteira () casada () divorciada () viúva () em um relacionamento estável ()

Qual é a sua profissão?

Você realiza tarefas domésticas e/ou de cuidado?

Você tem filhos? Quantos e a idade deles(as)?

### Seção B: Perguntas geradoras

1. O que é a agroecologia para você?
2. Como (e quando) começou o seu engajamento na agroecologia?
3. Como você pratica a agroecologia?
4. Para você, como se constrói o conhecimento agroecológico?

5. Você faz parte de algum grupo (associação ou movimento social) articulado com a agroecologia?
6. Para você, como é ser mulher na agroecologia?
7. O que é a Troca de Saberes para você?
8. Conte um pouco sobre as suas memórias da Troca, aquelas que mais te marcaram. Desde quando você participa?
9. Para você, como foi participar desta pesquisa?